

**U. PORTO**



**FACULDADE DE DESPORTO  
UNIVERSIDADE DO PORTO**

**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO DESPORTO ESCOLAR E A SUA  
APLICAÇÃO NO CONTEXTO REAL DE PRÁTICA – PERCEÇÃO DA  
COMUNIDADE ESCOLAR.**

Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências do Desporto, com especialização em Desporto para crianças e jovens, da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, nos termos do Decreto-Lei nº 216/92 de 13 de outubro.

Orientadora: Professora Doutora Patrícia Coutinho

**Joaquim Oliveira Pimenta Santos**

Porto, 2017

Santos, J.O.P. (2017). *Objetivos Estratégicos do Desporto Escolar e a sua aplicação no contexto real de prática – Perceção da Comunidade Escolar*. Porto  
J.O.P. Santos. Dissertação de mestrado para a obtenção do grau de Mestre em Desporto para crianças e jovens, apresentada à faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

PALAVRAS-CHAVE: DESPORTO ESCOLAR, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, COMUNIDADE ESCOLAR

*“É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade. O ser humano é aquilo que a educação faz dele”*

*(Immanuel Kant)*



## **Dedicatória**

Ao Helder, ao Vitor e ao Rui  
pela forma como me fizeram sentir a vida.



## Agradecimentos

Porque quando iniciei esta tarefa, não tinha a perceção exata da “tormenta” que se aproximava, quero agradecer a todos aqueles que pela sua colaboração ajudaram a levar a bom porto tão laboriosa “Nau”.

Um agradecimento muito especial à Professora Doutora Patrícia Coutinho, sem a qual não seria possível a realização deste trabalho. Devo salientar a forma como a Professora Doutora Patrícia se disponibilizou para nele colaborar, desde o primeiro momento mostrou interesse e empenho em ajudar, mesmo nos meus momentos de incerteza e desalento. A sua capacidade de motivação, o rigor e qualidade das observações que transmitia, a competência que demonstrou (tanto em termos académicos como humanos) na orientação da realização desta dissertação foram argumentos fundamentais e decisivos para a sua conclusão. Mais uma vez o meu sincero e sentido **OBRIGADO**.

A toda a comunidade escolar do Agrupamento Vertical de Escolas de Fiães pela colaboração dada nomeadamente aos elementos que participaram diretamente no estudo através das entrevistas. Em particular ao grupo de Educação Física pelo incentivo constante e pelo apoio sempre demonstrado.

Ao Helder, ao Vitor e ao Rui pela satisfação que viram no pai em realizar tão trabalhosa tarefa.

E, finalmente à minha família pelo apoio incondicional à causa e pela compreensão revelada pelo tempo que despendi na realização da mesma, privando-a em muitos momentos da minha presença.

Por fim, devo referir o enorme orgulho sentido, por conseguir atingir esta meta que me propus alcançar. Foram apenas razões de caráter pessoal que me impeliram para esta tarefa, nomeadamente de valorização e realização nos aspetos profissional e pessoal. É bom sentirmo-nos jovens e sobretudo que estamos **“VIVOS”**.

***“O começo é mais do que a metade do todo.  
Porque começar é o mais difícil”***

(Horácio)

# Índice Geral

Agradecimentos .....	vii
Índice Geral .....	ix
Índice de figuras .....	xi
Índice de quadros .....	xiii
Resumo .....	xv
Abstract .....	xvii
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>1</b>
<b>1. INTRODUÇÃO GERAL E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
1.1. Âmbito e Enquadramento do Trabalho .....	3
1.2. Justificação e pertinência do estudo .....	3
1.3. Estrutura do trabalho.....	5
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>7</b>
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>9</b>
2.1. Desporto Escolar .....	9
2.1.1. Enquadramento histórico e legislativo.....	9
2.1.2. Conceito de Desporto Escolar .....	15
2.1.3. Finalidades e Objetivos do Desporto Escolar .....	18
2.1.4. Valor educativo do Desporto Escolar .....	20
2.1.5. Relação entre Desporto Escolar e Desporto Federado.....	24
2.2. A organização do Desporto Escolar .....	29
2.2.1. Organograma do Desporto escolar .....	29
2.2.2. Órgãos e competências da estrutura do Desporto Escolar .....	31
2.2.3. Modelo Organizacional do programa do Desporto Escolar .....	36
2.3. Investigação Empírica no âmbito do Desporto Escolar.....	40
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>45</b>
<b>3. OBJETIVOS DO ESTUDO.....</b>	<b>47</b>
3.1. Objetivos gerais .....	47
3.2. Objetivos Específicos.....	47

CAPÍTULO IV.....	49
4. METODOLOGIA.....	51
4.1. Caracterização do Contexto .....	51
4.2. Participantes.....	57
4.3. Procedimentos de recolha de dados.....	59
4.4. Procedimentos da análise de dados .....	60
CAPÍTULO V .....	65
5. RESULTADOS.....	67
5.1. Perceção dos Estudantes sobre a persecução dos objetivos do Desporto Escolar .....	67
5.2. Perceção dos Encarregados de Educação sobre a persecução dos objetivos do Desporto Escolar.....	71
5.3. Perceção dos Órgãos de Gestão sobre a persecução dos objetivos do Desporto Escolar .....	75
5.4. Perceção dos Professores de Educação Física sobre a persecução dos objetivos do Desporto escolar .....	81
CAPÍTULO VI.....	91
6. DISCUSSÃO .....	93
6.1. Perceção dos Estudantes .....	93
6.2. Perceção dos Encarregados de Educação .....	96
6.3. Perceção dos Órgãos de Gestão.....	98
6.4. Perceção dos Professores de Educação Física.....	102
CAPÍTULO VII.....	107
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	113
1. Bibliografia .....	115
2. Legislação e Regulamentação referenciada.....	122

## Índice de figuras

Figura 1 - Área de influência da Escola para o Ensino Básico .....	52
--	----



## Índice de quadros

Quadro 1 - Organograma nacional do Desporto Escolar .....	29
Quadro 2 - Distribuição dos organismos de Coordenação do Desporto Escolar .....	30
Quadro 3 - Órgãos constituintes da estrutura do Desporto Escolar .....	31
Quadro 4 - Oferta desportiva do Projeto do Desporto escolar .....	37
Quadro 5 - Níveis da oferta do projeto do Desporto Escolar .....	38
Quadro 6 - Pontos fortes/fracos apontados ao Agrupamento .....	57



## Resumo

A presente dissertação teve como objetivo compreender a percepção de estudantes, professores, encarregados de educação e órgãos de gestão, pertencentes ao Agrupamento Vertical de Escolas de Fiães, sobre a persecução dos objetivos estratégicos do Desporto Escolar. Deste modo, foram entrevistados 23 elementos da respetiva comunidade escolar, nomeadamente: (I) 2 representantes dos Órgãos de gestão; (II) 5 representantes dos Encarregados de Educação; (III) 6 Professores de Educação Física e (IV) 10 Estudantes (escolhidos aleatoriamente no núcleo de Desporto Escolar). Os resultados obtidos demonstraram, em termos gerais, que as opiniões se encontram em linha com os objetivos estratégicos propostos pelo Gabinete do Desporto Escolar da DGIDC afeto ao Ministério da educação. No que respeita aos diferentes agentes da comunidade educativa: (I) salientaram as dificuldades e constrangimentos que os Órgãos da tutela revelam na prestação dos apoios devidos, sobretudo de ordem financeira e organizacional; (II) salientaram a reduzida visibilidade do projeto e das condições físicas e humanas que são dadas para o desenvolvimento do mesmo; (III) naturalmente o grupo mais crítico, referiram nas suas opiniões uma série de ideias que refletem os seus anseios, as suas dúvidas e frustrações como agentes diretos no processo de desenvolvimento do projeto, bem como o distanciamento que sentem existir entre o projeto “*no papel*” e a sua operacionalização; (IV) sendo eles a essência da Instituição – Escola, salientaram a importância dos atributos do Desporto Escolar e reivindicaram uma maior aposta no projeto, sobretudo ao nível das condições de treino e do tempo de prática dedicado a estas atividades. Este estudo permitiu alcançar um entendimento mais concreto e aprofundado sobre as percepções dos diferentes agentes da comunidade educativa acerca dos objetivos estratégicos do Desporto Escolar, identificando diversas lacunas na sua aplicação e apontando direções futuras a explorar para um desenvolvimento mais profícuo deste projeto a nível nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** DESPORTO ESCOLAR, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, COMUNIDADE ESCOLAR.



## **Abstract**

The present dissertation had as its objective to understand the perception of students, teachers, parents and school management, belonging to the School Grouping of Fiães, about the pursuit of the strategic objectives of school sports. Consequently, 23 members of the school community were interviewed, namely: (I) 2 members representing the school managements; (II) 5 members representing parents / guardians; (III) 6 Physical Education teachers and (IV) 10 students (randomly chosen in School Sports). The results that have been achieved have shown, in general terms, that the collected opinions are in accordance with the strategic objectives proposed by the School Sports Office of the General Administration for Innovation of the Ministry of Education. In what concerns the different representatives of the education community: (I) pointed out the difficulties and constraints that the responsible Offices reveal in providing support, mainly financial and organizational assistance; (II) pointed out the reduced visibility of the project and of the physical and human conditions given to its development; (III) naturally the most critical group, referred in their opinions to a series of ideas that reflect their expectations, their doubts and frustrations as direct agents in the development of the project, as well as the gap they feel there is between the project “on paper” and its operationalization; (IV) the essence of the School – Institution, emphasized the importance of the attributes of school sports and demanded for a stronger commitment to the project, mainly in what concerns the training conditions and the time for practice dedicated to these activities. This study has enabled me to reach a more solid and profound understanding of the perceptions of the different agents in the educational community about the strategic objectives of School Sports, by identifying several shortcomings in its operationalization and indicating future directions to be explored toward a more productive development of this project nationwide.

**KEYWORDS:** SCHOOL SPORTS; STRATEGIC OBJECTIVES; SCHOOL COMMUNITY.



## **CAPÍTULO I**

### **INTRODUÇÃO GERAL E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

---



### 1. INTRODUÇÃO GERAL E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

#### 1.1. Âmbito e Enquadramento do Trabalho

Esta dissertação insere-se no âmbito do trabalho de 2º Ciclo em Desporto para Crianças e Jovens da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADEUP). A realização deste trabalho visou uma compreensão sobre as perceções da comunidade educativa acerca dos objetivos e aplicação do Desporto Escolar enquanto atividade extracurricular do sistema de ensino no Agrupamento Vertical de Escolas de Fiães. Uma vez que o serviço que o Desporto Escolar presta tem diversas valências e finalidades dentro dos objetivos gerais que se propõe perseguir, procurámos aferir os níveis de operacionalização e satisfação relativamente à persecução desses mesmos objetivos. Para a concretização deste trabalho foram fundamentais o apoio e a colaboração de toda a comunidade escolar de uma escola do agrupamento atrás referido. Concretamente, a amostra representativa dos vários intervenientes desta comunidade escolar caracterizou-se pelos: Órgãos de gestão (dois elementos do Conselho Executivo); Encarregados de Educação (cinco Encarregados de Educação de alunos inscritos nos núcleos de Desporto Escolar da escola); Professores de Educação Física (seis professores, totalidade dos professores que compõem o grupo de Educação deste agrupamento) e Estudantes (dez alunos escolhidos aleatoriamente do grupos de alunos inscritos nos nossos núcleos de Desporto Escolar).

#### 1.2. Justificação e pertinência do estudo

Como é do conhecimento público, o desporto é uma realidade inquestionável do nosso tempo. São várias as ofertas de serviços desportivos que dispomos atualmente na nossa sociedade, desde associações e clubes até à instituição “Escola”, na qual dispomos de um leque de opções válidas onde as crianças e jovens podem promover o seu desenvolvimento desportivo. Todas estas opções são credíveis, portanto, o trabalho que desenvolvem deve corresponder às expetativas daqueles que as pretendem frequentar. A

## 1. INTRODUÇÃO

capacidade que essas instituições poderão ter em inovar e a qualidade dos serviços que podem oferecer são argumentos muito importantes no momento da escolha. Neste sentido, a Escola assume um papel de excelência na oportunidade que tem de promover e valorizar uma educação desportiva, a par com a formação cognitiva, visando o desenvolvimento de valores pessoais e sociais, de acordo com os interesses dos estudantes, com as motivações dos professores, com os anseios e expectativas dos encarregados de educação e da comunidade escolar em geral. A disciplina de Educação Física e as atividades desportivas desenvolvidas em meio escolar, nomeadamente o Desporto Escolar constituem a garantia de acesso de toda a população à prática de atividades físicas e desportivas, o que em grande parte dos casos é a única. Como tal, torna-se necessário a instituição “Escola” preocupar-se com aquilo que pretende em termos de futuro para os seus alunos, pois *“como se sabe, o futuro do desporto depende da maneira como se oferece e é vivido pelos mais jovens”* (Bento, 1999, p. 102).

No entanto, como se verifica no trabalho realizado por Handy (citado por Pina 2002, p. 27), “para preparar o futuro é necessário compreender o presente” , ou seja, é condição importante reconhecer a necessidade de conceber um quadro teórico de referência sobre o Desporto Escolar que possibilite e promova uma elevação do nível qualitativo da sua intervenção e permita, a médio prazo, opções que se traduzam em melhores decisões em relação à sua organização, particularmente no que concerne à elaboração e reajustamento periódico do seu programa, além duma melhoria dos serviços prestados no âmbito escolar.

A qualidade desses serviços é constantemente posta em causa nos dias de hoje, muito devido aos níveis de exigência serem cada vez mais elevados. Há, portanto, necessidade de apresentar respostas adequadas, em tempo útil, às exigências que vão surgindo ao nível do Desporto Escolar. A Escola, nomeadamente ao nível de recursos, deve estar à altura desses desafios apresentando o seu corpo docente como uma mais valia e fazendo transparecer para a sociedade civil indicadores de boa qualidade, quer educacional quer organizacional, principalmente quando se trata de educar e formar desportivamente os alunos que participam nas atividades do Desporto Escolar.

O facto deste estudo incidir sobre perceções dos diversos elementos da comunidade educativa sobre o contexto do Desporto Escolar permite identificar visões e perspetivas diferentes sobre a prestação da formação desportiva em meio escolar, quer de quem fornece quer de quem a recebe, apresentando, assim, pontos sensíveis desse processo de formação. É sobre esses pontos sensíveis que importa refletir para perspetivar uma melhoria de qualidade do serviço prestado, de forma a responder cabalmente às expectativas de todos os intervenientes educativos. Com o aumento da qualidade dos serviços prestados na área das atividades físicas e desportivas, nomeadamente do desporto escolar, pretende-se contribuir duma forma clara para que o mesmo cumpra os objetivos que se propôs atingir (educativos, formativos, desportivos, etc.), especialmente no que se refere à formação integral do aluno, sendo este o maior desafio que se coloca a quem tem responsabilidades nesse processo.

### **1.3. Estrutura do trabalho**

O presente trabalho encontra-se estruturado em sete capítulos que se encontram organizados da seguinte forma:

Capítulo I – “Introdução Geral e Estrutura da Dissertação”, na qual se apresentou e enumera a estruturação do mesmo tendo em conta os seguintes requisitos: Âmbito e enquadramento do trabalho, justificação e pertinência do estudo onde se enquadra o âmbito do estudo que se pretende realizar e a estrutura do mesmo.

Capítulo II – “Revisão da Literatura”, no qual se efetuou uma análise de todo o conhecimento científico inerente à temática em estudo em termos conceptuais e ideológicos, a qual servirá como referencial teórico para a respetiva dissertação;

Capítulo III – “Objetivos do estudo”, no qual foram enunciados os objetivos gerais e específicos do trabalho desenvolvido;

## 1. INTRODUÇÃO

Capítulo IV – “Metodologia”, no qual foram caracterizados o contexto de análise, os participantes do estudo, os procedimentos de recolha de dados e os procedimentos de análise dos mesmos;

Capítulo V – “Resultados”, no qual foram descritos os resultados obtidos a partir da recolha de dados e da sua respetiva análise;

Capítulo VI – “Discussão”, espaço onde colocámos a interpretação dos nossos dados em confrontação com o conhecimento teórico existente sobre o tema em questão, aproveitando, ainda, a oportunidade para lançar um olhar crítico sobre as lacunas e limitações desta área de estudo;

Capítulo VII – “Considerações finais”, no qual realizámos uma conclusão mais generalizada sobre os resultados alcançados com este trabalho, apontado, ainda, direções para investigações futuras.

## **CAPÍTULO II**

### **REVISÃO DA LITERATURA**

---



## 2. REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1. Desporto Escolar

#### 2.1.1. Enquadramento histórico e legislativo

O Desporto Escolar, como atividade extracurricular do nosso sistema de ensino, foi ao longo dos tempos sofrendo alterações, adaptando-se cada vez mais às exigências das novas gerações. Esse processo de atualização, quer em termos conceptuais quer em termos operacionais, deve, numa forma breve, ser interpretado dentro de um processo natural de evolução histórica. Pina (1995), refere que o Desporto Escolar tem sido ao longo dos tempos o reflexo de ideologias políticas e sociais, processo que se caracteriza pela instabilidade pela falta de definição conceptual, por falta de coerência e por uma visão analítica e partidária das práticas desportivas na escola. A mesma perspetiva é partilhada por Mota (1997), segundo o qual, O Desporto Escolar tem sido ao longo dos tempos alvo de experiências, sem que delas se tenham conhecido seriamente os seus resultados e sem que os mais diretamente interessados, as crianças e jovens, delas tenham retirado grandes benefícios. Neste sentido importa referir os aspetos mais relevantes desse processo de evolução e uma abordagem histórica breve, a partir da queda do regime fascista, ou seja, desde abril de 1974 mais precisamente do dia 25.

Com a revolução dos cravos em abril de 1974 e a entrada na era da liberdade, o Sistema Educativo em Portugal foi sofrendo profundas alterações e com ele o projeto do Desporto Escolar. Várias e diferentes perspetivas foram surgindo no seu desenvolvimento, variando tanto ao nível dos modelos conceptuais, como ao nível dos modelos organizativos e estes integrando tanto o âmbito do sistema desportivo federativo como o sistema educativo.

Assim, com a publicação do Decreto-Lei nº 694/74, de 5 de dezembro, foi criada a Direção Geral dos Desportos, as atribuições e competências no que se refere à orientação pedagógica da Educação Física. O artigo 6º dá a designação de “Divisão do Desporto Escolar” à “Divisão da Educação Física e Desportos da

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Direção-Geral dos Desportos” e “exercerá as suas funções em íntima colaboração e numa ação coordenada com os serviços de orientação pedagógica das Direções-Gerais de Ensino que superintendem na Educação Física”.

Segundo Pina, (citado por Silva, 2010), a Divisão do Desporto Descolar elaborou um plano de desenvolvimento do Desporto Escolar que o define enquanto plano integrado em todo o conjunto de ações culturais, através da prática educativa voluntária, amadora e não discriminada da atividade desportiva, em regime de ocupação dos tempos livres. Refere ainda o mesmo autor, que era o objetivo dos responsáveis criar um “Desporto Novo para um País Novo”. Em 1976, na Constituição da República, foi consagrado o direito ao desporto como um direito fundamental de todos os cidadãos (artigo 79º). O ponto 1 do mesmo artigo afirma que “Todos têm direito à cultura e ao desporto”. No ponto 2 do artigo 79º refere que “Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto”. Com base nestes princípios da constituição da República, inicia-se um caminho legislativo que termina com a passagem do Desporto Escolar da Direção-Geral dos Desportos, para as Direções-Gerais do Ensino Básico e Secundário.

A Portaria nº 434/78, de 2 de agosto, estabelece normas relativas aos serviços de Educação Física e Desporto Escolar e reforça a integração do Desporto Escolar nas Direções-Gerais do Ensino Básico e Secundário. A 18 de junho é publicado o Decreto-Lei nº 150/86, que extingue os Serviços de Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar, criados pelo Decreto-Lei nº 554/77, de 31 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 197/79, de 29 de junho, “sendo as Direções-Gerais do Ensino Básico, do Ensino Secundário e do Ensino Particular e Cooperativo que devem assegurar as competências e funções que lhes estavam atribuídas em matéria de Educação Física curricular e à Direção-Geral dos Desportos a coordenação e o apoio das atividades desportivas não curriculares”. Este foi o período designado de

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Associativismo Juvenil, que assentava em três projetos: os torneios abertos, os Clubes de Jovens e as Férias Desportivas.

Com a Lei nº 46/86, de 14 de outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo, o Desporto Escolar é colocado novamente no âmbito do Sistema Educativo. O artigo 48º da referida Lei é dedicado à “ocupação dos tempos livres e Desporto Escolar”. Como refere o ponto 2 do artigo 48º, para além de atribuir uma nova ordem e importância ao Desporto Escolar como atividade de formação integral e de ocupação dos tempos livres, é também reconhecida a importância de se organizarem atividades de complemento curricular na escola que “...visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e cívico, a Educação Física e Desportiva, a Educação Artística e a inserção dos educandos na comunidade”. Ainda o ponto 5 do mesmo artigo, especifica as finalidades, objetivos e o enquadramento do Desporto Escolar: “O Desporto Escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como fator de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados”.

O Despacho nº 87/ME/86, de 30 de maio, dá origem ao Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, que funcionou em regime de experiência pedagógica no âmbito do sistema educativo, que dependia funcionalmente, do Diretor-Geral do Ensino Básico e Secundário e do Diretor-Geral dos Desportos. No Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de agosto (Reforma Curricular), como expressa o artigo 8º, nos pontos 1 e 2, que para além das atividades curriculares, os estabelecimentos de ensino deverão organizar atividades de complemento curricular, este de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, também visando a utilização criativa e formativa dos tempos livres dos educandos. Entre as atividades já referidas, integra-se o Desporto Escolar, o qual deve ser tornado gradualmente acessível a todos os alunos dos vários ciclos de ensino.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

O Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de fevereiro, define o regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar, onde assenta o Sistema Desportivo Escolar. Este Decreto-Lei já no seu preambulo revela que “O desenvolvimento do sistema educativo nacional passa, necessariamente, por uma bem estruturada organização da Educação Física e do Desporto Escolar. No entanto, ao passo que a Educação Física se situa no quadro das atividades curriculares, o Desporto Escolar carece de tratamento próprio, em virtude de se tratar de uma atividade de complemento curricular”. Acrescenta ainda que, “...o Desporto Escolar deve promover a saúde e a condição física, bem como a educação moral, intelectual e social da juventude portuguesa, no respeito absoluto pelo direito à individualidade e à diferença, partindo do princípio de que a atividade desportiva do jovem deve servir exclusivamente a sua educação, sem parcialismo e em verdadeiro espírito de cooperação”.

O Desporto Escolar é, então, definido no artigo 5º como: “... o conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de atividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo”. É referido, também, neste artigo 5º que as atividades do Desporto Escolar decorrem nas escolas do 2º e 3º ciclos e do ensino secundário. Ao nível do 1º ciclo do ensino básico são desenvolvidas apenas atividades lúdicas de iniciação desportiva integradas no âmbito dos programas de Educação Física da respetiva área curricular ou articuladas com estes.

Surge, então, um período algo conturbado para o desenvolvimento do projeto do Desporto Escolar que se ia orientando ao sabor das vontades políticas dos sucessivos governos da altura.

O Decreto-Lei nº 143/93, de 26 de abril, aprova a lei orgânica do Instituto do Desporto (INDESP), extingue a Direção-Geral dos Desportos e o Fundo de Fomento do Desporto. Cabe a este Instituto (INDESP) fomentar e apoiar o desporto em todos os seus níveis, criando as condições técnicas e materiais para o seu desenvolvimento (artigo 2º) e compete-lhe também “apoiar o

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

desenvolvimento da atividade desportiva competitiva no âmbito do Desporto Escolar, em colaboração com as estruturas próprias existentes” (artigo 9º).

A publicação do Decreto-Lei nº 115/95, de 29 de maio, altera a Lei Orgânica do Instituto do Desporto, ex-Direcção-Geral dos Desportos (DGD), recolocando o Desporto Escolar no sistema desportivo, através da criação do Gabinete de Apoio do Desporto Escolar, ainda que este desenvolva a sua atividade em coordenação com as Direcções Regionais de Educação (DRE's) e os Centros de Área Educativa (CAE's). Com este Decreto-Lei nº 115/95, de 29 de maio, são alterados alguns artigos de Decreto-Lei nº143/93, de 26 de abril, e é adequada a Lei Orgânica do Instituto do Desporto, atribuindo-lhe novas responsabilidades na dinamização do Desporto Escolar e na construção de infraestruturas desportivas escolares.

Com o Decreto-Lei nº165/96, de 5 de setembro é criado no âmbito do Ministério de Educação, o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. “Este diploma procura, por um lado, consagrar um modelo de Desporto Escolar adequado à realidade nacional e, por outro, lançar as bases para que o Desporto Escolar possa efetivamente estabelecer a ligação entre os sistemas educativo e desportivo”. Cabe, ainda, a este gabinete “... estabelecer relações com as autarquias locais e com o movimento desportivo, nomeadamente o Comité Olímpico de Portugal, as federações e associações desportivas, tendo em vista o estabelecimento das bases de uma cooperação institucional regular e sistemática” (artigo 4º, ponto 2). Segue-se o Decreto-Lei nº62/97, de 26 de março, que aprova a Lei Orgânica do Instituto Nacional do Desporto (IND) e é extinto o Instituto do Desporto (INDESP).

Segue-se o Decreto-Lei nº 208/2002, de 17 de outubro, o qual aprova a nova orgânica do Ministério da Educação, onde as competências do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar “conceber, coordenar e acompanhar o desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar”, são agora assumidas pela Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC). Este Decreto-Lei, revoga ainda o Decreto-Lei nº 133/93, de 26 de abril, o Decreto-Lei nº 151/93, de 26 de abril e o Decreto-Lei nº 165/96, de 5 de

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

setembro. É publicado também o Decreto-Lei nº 317/2002, de 27 de outubro, onde se estabelece a distribuição de verbas das apostas mútuas para apoiar o Desporto Escolar e realiza investimento em infraestruturas desportivas escolares.

Através do Despacho nº 15322/2007, de 12 de julho, são constituídas equipas multidisciplinares, funcionalmente integradas na Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) e hierarquicamente dependentes diretamente do Diretor-Geral, entre elas o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (GCDE). Este Gabinete para além de outras, tem as seguintes competências: “Planear, orientar, acompanhar, promover e avaliar os diversos programas, projetos e atividades do Desporto Escolar; colaborar na definição das competências e orientações curriculares e pedagógicas da Educação Física e do Desporto Escolar”.

O Despacho nº 9486-A/2012, de 12 de julho de 2012, vem assegurar as condições e regras de execução do Programa do Desporto Escolar 2009-2013, em que pela primeira vez lhe são aplicadas as medidas de um programa plurianual, que pretende melhorar e assegurar um melhor Desporto Escolar a nível de escola, promovendo a continuidade dos diferentes grupos/equipa, como é referido no ponto 4 do referido Despacho, “para o ano letivo 2012-2013 não é aceite proposta de adesão de novos grupos/equipa ou a substituição dos existentes, salvaguardando-se o eventual ajustamento cronológico de escalão etário”.

Por último, o Despacho nº 13608/2012 DR. Nº 203, Série II de 19 de outubro de 2012, promove a criação de unidades flexíveis e a constituição de equipas multidisciplinares da Direção-Geral da Educação. Assim e segundo o ponto 1 – “São criadas no âmbito da Direção-Geral da Educação as seguintes unidades orgânicas flexíveis”: 1.2 – “Na dependência da Direção de Serviços de Projetos Educativos (DSPE)”: 1.2.1- “A Divisão de Desporto Escolar (DDE)”.

Cabe a esta Divisão de Desporto Escolar (DDE), no âmbito das atribuições da Direção Geral de Educação, em matéria de Desporto Escolar, desenvolver as suas atividades: “promover o desporto escolar junto das escolas, como meio de

atingir o sucesso escolar”; “planejar, orientar, acompanhar, promover e avaliar os diversos programas, projetos e atividades do Desporto Escolar”; “promover e apoiar a realização de ações de formação destinadas a professores e alunos nas áreas da organização, gestão e treino das atividades desportivas escolares”; “colaborar na definição das competências e orientações curriculares e pedagógicas da Educação Física e do Desporto Escolar”; “assegurar a colaboração da DGE com a Direção-Geral da Administração Escolar na conceção dos termos de referência da inovação, qualidade, caracterização e normalização da arquitetura dos equipamentos e do mobiliário desportivos dos estabelecimentos de educação e de ensino”; “assegurar a articulação entre o Desporto Escolar e o Desporto Federado” (ponto 7, do Despacho nº 13608/2012).

### **2.1.2. Conceito de Desporto Escolar**

A Instituição Escola, além de um local de instrução é, também, um local onde devem ser criadas condições para que os jovens se desenvolvam de forma harmoniosa e integral. Como tal, torna-se consensual que a escola fomente a prática desportiva, tendo o Desporto Escolar um papel relevante no processo educativo dos nossos jovens, evidenciada por ser uma prática inclusiva de todos os alunos. Este tem um papel de elevadíssima importância no domínio da socialização, proporcionando o desenvolvimento pessoal e social, através de novas experiências, práticas e realidades, dotando e desenvolvendo os alunos de competências nos vários domínios (físicos, afetivos, pessoais e sociais). Conquistou, por isso, um espaço relevante na escola e no processo educativo, ao representar, para além de um espaço de prática desportiva de competição ou lazer, um elemento fundamental na educação para a cidadania das crianças e dos jovens.

Os professores de Educação Física possuem, também, um papel fulcral nesta matéria. Estes deverão proporcionar experiências positivas, no que concerne ao exercício físico, bem como realçar a importância dos benefícios da atividade desportiva regular e da criação de um estilo de vida saudável. Esta

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

mensagem deverá ser transmitida através da disciplina de Educação Física e das atividades extracurriculares, onde se destaca o Desporto Escolar.

Deste modo, a sua prática, deverá ser de todos e para todos, independentemente das suas capacidades, não devendo permitir qualquer motivo de exclusão e seleção, assumindo, por isso um verdadeiro papel educativo e formativo, de acordo com o importante princípio pedagógico e social da igualdade de oportunidades.

Para muitos alunos, é mesmo a única possibilidade que têm de praticar desporto de uma forma organizada e com carácter formal. Neste concreto torna-se importante realçar que o desporto é um veículo perfeito para a Educação, pois gera nas crianças uma grande excitação e prazer, daí a pertinência destas atividades para promover a formação integral dos nossos jovens. Importa por isso apresentar de uma forma clara o conceito de Desporto Escolar, bem como a sua fundamentação jurídico/legislativa.

Segundo o Decreto-Lei nº 95/91 de 26 de fevereiro, Secção II, artigo 5º do regime jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar, “Entende-se por Desporto Escolar o conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de atividades da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo.”

Para o Ministério da Educação do XV Governo Constitucional, “Desporto Escolar é a atividade de complemento curricular, voluntária, que permite aos alunos a prática de atividades desportivas, em ambiente educativo, sob a orientação de professores, podendo-se configurar como a principal possibilidade para a maioria dos nossos jovens poderem participar em quadros competitivos, de forma regular.” (Ministério da Educação – DGDIC: “Jogar pelo Futuro – Medidas e Metas para a década, 2003, p.4). Ainda segundo o Ministério da Educação “o Desporto Escolar constitui, também, uma enorme oportunidade para que os nossos jovens possam aceder aos valores educativos do desporto”.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Pode, assim, afirmar-se, com base na Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei n.º 49/2005 de 30 de agosto; Capítulo VII; Artigo 51º; ponto 5, que o Desporto Escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras o entendimento do desporto como fator de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

Outras opiniões e conceitos são apontados, realçando sobretudo a sua importância na formação do indivíduo:

Para Bento (1989, p.44), “o Desporto Escolar é o setor da vida escolar onde são criadas oportunidades para a ação orientada e organizada, para desenvolvimento de atividades autónomas e espontâneas, para competição intra e inter escolas e o fomento e desenvolvimento de talentos”. Ainda segundo o mesmo autor, o Desporto Escolar trata-se de “uma atividade extracurricular, complementar das aulas de Educação Física, contribuinte para a realização da incumbência sociopedagógica da escola, nomeadamente no plano do desenvolvimento integral dos alunos. Uma atividade assente na adesão voluntária dos alunos e na dimensão cultural da escola” (Bento, 1989, p. 49). Refere, ainda, que “o Desporto Escolar é, em primeiro lugar, um problema da realização da obrigação da escola em garantir uma sólida formação desportivo-corporal; em segundo lugar apresenta-se como uma função – chave do desenvolvimento global do desporto” (Bento, 1989, p. 50).

Já Gonçalves (2002, p.2), salienta o papel das relações com o sistema desportivo, sendo o Desporto Escolar entendido “como uma atividade de complemento curricular, como um instrumento de intervenção pedagógica do sistema educativo, mas de igual modo com uma zona de contacto com o sistema desportivo.”

Segundo Mota (2003, p.2), entende-se o Desporto Escolar “como um processo unitário, representado por um projeto global, assente em três vertentes de ação pedagógica e educativa dos educadores junto das crianças e jovens para quem ele se dirige, designadas da seguinte forma: vertente da atividade

curricular/aulas de Educação Física com participação de caráter obrigatório; vertente da atividade de extensão curricular com participação de caráter misto e uma outra vertente de atividade de tempos livres de participação voluntária”.

Para terminar este pequeno espaço sobre o conceito de Desporto Escolar, e segundo documento apresentado como posição conjunta entre o Comité Olímpico de Portugal, o Conselho Nacional de Associações de Professores e Profissionais de Educação Física e a Sociedade Portuguesa de Educação Física, (2017 p.1) “o papel fundamental do Desporto Escolar, enquanto atividade de complemento curricular, na construção de um sólido e alargado processo de formação desportiva, associados à promoção de estilos de vida saudáveis, à formação dos valores de cidadania, ao desenvolvimento e aprofundamento das suas capacidades e competências numa determinada modalidade desportiva, de forma facultativa e vocacional, para a qual se sintam motivados”. É na Escola que se encontram todos os jovens e que existem condições físicas e materiais e o enquadramento técnico qualificado, para uma aposta na formação desportiva de qualidade.

### **2.1.3. Finalidades e Objetivos do Desporto Escolar**

No que se refere aos objetivos do Desporto Escolar, a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº49/2005 de 30 de agosto, Artigo 51.º, ponto 5) frisa que “o Desporto Escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como fator de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes e praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados”. Por outro, lado a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro, Artigo 28º, ponto 1) refere que o Desporto Escolar deve visar “...especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como fator de cultura”.

O Programa para o Desporto Escolar 2007/08/09 pretendia alcançar os seguintes objetivos:

### Relativos à Organização:

1. Promover uma maior articulação a todos os níveis de organização. Entre os estabelecimentos de ensino, as estruturas regulares do Ministério da Educação e os profissionais envolvidos no Desporto Escolar, numa lógica de subordinação destes aos projetos e prioridade das primeiras, potenciando desta forma as funções educativas do Desporto Escolar;
2. Reforçar as Parcerias entre o Desporto Escolar e outros agentes desportivos, incluindo Associações Locais, Autarquias e o Desporto Federado;
3. Promover o combate à inatividade física e a luta contra a obesidade.

### Relativos às atividades:

- a. Pelo menos devem ser mantidas as atividades oferecidas no ano transato acrescidas, eventualmente, de novas atividades que alarguem a prática desportiva principalmente a alunos do sexo feminino, a alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado e a alunos em risco de abandono e insucesso escolar; abrangidos pelo Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP);
- b. O aumento das iniciativas de competição externa, em particular geradas nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Integradas em Agrupamentos, constituídas em Associações Desportivas Escolares;
- c. Promover a constituição de Associações Desportivas Escolares.

Neste sentido e para uma afirmação mais sólida do Desporto Escolar, o programa de 2009-2013 apresentou como objetivos estratégicos: (1) melhorar a qualidade da educação; (2) aumentar as oportunidades de prática desportiva de qualidade; (3) aumentar o sucesso escolar; (4) formar mais e melhores praticantes; (5) garantir a igualdade de oportunidades; (6) aumentar a visibilidade das boas práticas; (7) melhorar métodos de ensino/aprendizagem; (8) adaptar ofertas às necessidades; (9) criar instrumentos facilitadores de inclusão; (10) melhorar a imagem e divulgação do Desporto Escolar; (11) valorizar a formação profissional; (12) potenciar projetos estruturantes em parcerias e (13)

implementar um sistema de informação e comunicação.

Dando continuidade aos anos anteriores, e de modo a concretizar a Visão e cumprir a Missão do Programa do Desporto Escolar, no período compreendido entre 2013 e 2017 o Programa concentrou-se em quatro vetores estratégicos que reúnem um conjunto de objetivos, projetos e ações:

a. melhorar a oferta desportiva: reforçar a componente de atividade interna (Nível I); diversificar o leque de modalidades desportivas disponíveis e aumentar o acesso àquelas cujas especificidades técnicas exigem condições especiais e aumentar a número de atividades para alunos com necessidades educativas especiais.

b. estimular a procura do Desporto Escolar: aumentar o número de praticantes na atividade interna e externa; aumentar a taxa de feminização dos praticantes e aumentar o número de praticantes no ensino secundário.

c. qualificar a atividade do Desporto Escolar: melhorar o desempenho desportivo dos alunos; reforçar a articulação entre o Desporto Escolar e o currículo, destacando o seu papel na promoção do sucesso educativo, da inclusão e do combate ao abandono escolar; alargar e dinamizar a rede de parceiros do Desporto Escolar; aumentar a formação e atualização de conhecimentos dos intervenientes no Desporto Escolar e definir e implementar o código de conduta dos intervenientes no Desporto Escolar

d. consolidar a gestão do Desporto Escolar: implementar uma cultura de exigência baseada na autoavaliação e na avaliação; melhorar a comunicação interna e externa do Programa do Desporto Escolar e implementar um sistema integrado de informação.

### **2.1.4. Valor educativo do Desporto Escolar**

Sendo a Escola, por excelência, uma entidade de referência social, ela deve ser um veículo de promoção de comportamentos e valores socialmente relevantes (Mota, 2001), tais como a prática de atividades físicas e desportivas. De facto, enquanto entidade transmissora de saberes e comportamentos, a

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

escola pode consubstanciar em si uma forte possibilidade de associação para os comportamentos vivenciados na comunidade, particularmente no da promoção da atividade física entre os jovens (Mota, 1997).

A Escola pode, deste modo, desempenhar um papel relevante na consciencialização dos seus alunos para os benefícios decorrentes da prática desportiva, implementando programas desportivos extracurriculares que despertem o interesse por essas práticas e afastem os jovens de determinados perigos da sociedade. Por sua vez, a prática de exercício físico na escola, nomeadamente no que diz respeito a atividades extracurriculares, como é o caso do Desporto Escolar, pode envolver os alunos, ajudá-los a identificarem-se mais com a comunidade educativa e, deste modo, levá-los também a obter resultados académicos mais elevados (Sobral, 1996).

A Educação Física e o Desporto Escolar enquanto parte integrante e estruturante do projeto educativo da escola podem ser portadores de uma mensagem inovadora e transformadora, visando a aquisição e o desenvolvimento de comportamentos desde a autonomia e sentido de responsabilidade até ao prazer, emoção, risco, competição, superação e afirmação da personalidade no direito à diferença (Pina, 2002).

O Desporto Escolar produz dinâmicas de grupo em ambiente educativo que poderão ser claramente potenciadoras do desenvolvimento de valores como: o humanismo, a verdade e a honestidade, a solidariedade, o respeito, a lealdade, a disciplina, a coragem, o exercício da liberdade, a tolerância nas relações humanas, o acatamento da regra e da afirmação do primado do direito sobre o árbitro. É em torno destes valores que Constantino (2006) diz-nos que se pode construir aquilo que vulgarmente se chama o “Espírito Desportivo”.

São vários os autores que nas suas publicações fazem referência ao valor educativo do Desporto Escolar. A escola, através da disciplina de Educação Física e do Desporto Escolar é por vezes, o único veículo difusor e promotor da oferta de atividades físicas a muitas crianças e jovens deste país.

Nesta perspetiva Garcia (1999) acrescenta mesmo que a escola deve também ir ao encontro das modas, mesmo as mais efémeras, porque são elas que melhor cativam a juventude, podendo contribuir de forma significativa para a aquisição de verdadeiros hábitos desportivos. Garcia (2005), refere ainda, que

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

o Desporto Escolar não pode alhear-se da comunidade envolvente, naquilo que se pode denominar de Dimensão Ecológica da Educação,

Pina (1997) evidencia o papel do Desporto Escolar no desenvolvimento e formação dos estudantes, sobretudo nos aspetos relacionados com os comportamentos e emoções, promovendo o desenvolvimento da: autonomia; responsabilidade; sentido crítico; cooperação; criatividade; sentimentos de prazer; emoção; risco; competição e superação.

Também Silva (1999), refere a importância e o potencial que o Desporto Escolar revela na capacidade de promoção da formação integral do indivíduo, nomeadamente nos aspetos sociais e emocionais. Segundo este autor o desporto, em geral, e o Desporto Escolar, em particular, funcionam como uma escola onde o aluno pode aperfeiçoar as suas competências sociais, morais e emocionais nomeadamente: o caráter; o espírito de grupo e de entre ajuda; a capacidade de sacrifício e o transpor de adversidades. O Desporto Escolar permite que alunos, professores e demais pessoas envolvidas neste fenómeno, de diferentes escolas, se conheçam, confraternizem e estreitem relações recíprocas de amizade e franco convívio.

O Desporto Escolar conquistou, dada a sua importância, um espaço relevante na escola e no processo educativo ao representar para além de um espaço de prática desportiva de competição e lazer, um elemento fundamental na educação para a cidadania das crianças e jovens. Sendo a escola de todos e para todos, o Desporto Escolar pode promover a igualdade de oportunidades quer de acesso quer de sucesso. Nesta perspetiva, Bento (2001, p.88) diz-nos *“O ato desportivo constrói e revela o Homem por dentro e por fora. O melhor desporto é aquele que põe a pessoa em movimento, configurando-a na plenitude estética e na sua exemplar harmonia.”*

Meneses (1999) considera o Desporto Escolar e as atividades que dinamiza, como sendo uma das formas mais ricas que a escola dispõe para promover a sua autonomia cultural, pois contribui para a formação integral do aluno na sua individualidade e dignidade de pessoa constitutivamente cultural e favorece a sua integração na sociedade. Neste sentido o Desporto Escolar pode projetar-se num componente importante para a transformação da própria escola,

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

tornando-se mais ativa, mais viva, mais solidária e mais democrática (Mota, 2003).

Sérgio (2003) considera o Desporto, sobretudo, como um fator educativo insubstituível, que visa tanto a saúde como a promoção e a libertação dos agentes do desporto, que procura tanto o lazer e a reabilitação, como a construção de um espaço onde seja possível educar para a cidadania.

O Desporto, na escola, deve educar: dando a coragem da imperfeição e a humildade dos limites; ensinando a manter aberta, em todas as direções, uma declarada racionalidade comunicativa; evitando a polarização dos conflitos porque, no desporto, a competição é diálogo, não é guerra por outras formas; fazendo compreender que uma equipa não se cria por facilitismo, nem pelo querer de um homem só; recuperando do redemoinho acelerado dos treinos e das competições um conceito correto de corpo; habituando o aluno, por entre o fenómeno crescente da sedentarização, à prática habitual de um desporto que apresente, como objetivo primeiro, a saúde, o jogo, o humor e a festa (Sérgio, 2003).

O Desporto Escolar representa, assim, um setor fundamental, estratégico, para a formação de hábitos de prática desportiva, ao longo da vida, sendo promotor de valores fundamentais para a formação do carácter dos jovens, precursor da promoção da saúde dos cidadãos, um elemento de desenvolvimento da sua cidadania e uma pedra basilar do desenvolvimento do desporto e da aquisição de uma sólida cultura desportiva. (CREDE – Comissão de Reavaliação do Desporto Escolar, 2006, p.2). Deve, por isso, ser desenvolvido tendo como referência os princípios que orientam o quadro teórico, pedagógico e organizacional em que o mesmo se deve processar, como constante na Lei de Bases do Sistema Educativo e na Lei de Bases da Atividade Física e Desporto.

O Ministério da Educação assume a Educação Física e o Desporto Escolar como meio educativo privilegiado para desenvolver pessoal e socialmente as crianças e os jovens portugueses, sendo, portanto, e como se lê na nota introdutória do Programa do Desporto Escolar 2009 – 2013, “um instrumento essencial na promoção da saúde, na inclusão e integração social, na promoção

do desporto e no combate ao insucesso e abandono escolar”. Por este motivo, é necessário olhar para o Desporto Escolar com uma nova perspetiva para que ele se afirme definitivamente de forma sustentada. Para que isso aconteça, é necessário que haja uma abordagem numa perspetiva de mudança, com estratégia, medidas e metas que permitam redimensionar o Desporto Escolar. Pode dizer-se que o programa tem como visão proporcionar a todos os alunos o acesso à prática de atividade física e desportiva, como contributo essencial para a sua formação integral e para o desenvolvimento desportivo nacional.

Concluindo, o Desporto Escolar, enquanto prática desportiva conducente à formação integral dos jovens, tem como missão primordial promover a inclusão e a aquisição de hábitos de vida saudável, sendo, portanto, um instrumento essencial na promoção da saúde e do desenvolvimento desportivo nacional. Desta forma, será necessário que seja acessível a todos os alunos e implementado efetivamente em todas as escolas. Paralelamente, a prática desportiva e, neste caso, a prática de Desporto Escolar, contribui ainda para uma melhoria qualitativa do processo ensino aprendizagem, pois pode ser um espaço de resposta às motivações e expectativas de muitos jovens (Ministério da Educação – DGIDC, 2009).

### **2.1.5. Relação entre Desporto Escolar e Desporto Federado**

Desporto na escola e no clube são duas realidades distintas a concorrer para o mesmo objetivo, que é, no seu sentido mais lato, o desenvolvimento do desporto nacional (Teixeira, 2007). Esta é uma discussão antiga que reflete bem a desarmonia e descoordenação entre os dois sistemas de desenvolvimento desportivo que, embora por vias diferentes, deveriam procurar formas de cooperação e entendimento rentabilizando ao máximo todas as suas potencialidades.

Apresentando a apreciação de Chumbinho (2006) Mestre em Ciências do Desporto pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa e Professor na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, especialista do Desporto Escolar na área do Desporto Montanha (Orientação e Escalada), para o Desporto Escolar como Instituição, “é

*irrelevante a modalidade de eleição do jovem, na medida em que a tónica se coloca na prática de desporto e atividade física e não desta ou daquela modalidade em particular. Já para as Federações, existe um denotado interesse na captação de jovens para as suas modalidades, procurando por esta via garantir um trabalho de desenvolvimento sustentável e com marcada profundidade. Ambos os subsistemas dispõem de importantes recursos que lhes permitem concretizar na prática aquelas que são as suas intenções nesta matéria” (R. Chumbinho comunicação pessoal, 26 Set 2006).*

Relativamente a este assunto, já o Programa de Desporto Escolar, (2006/2007, p.9) deixou bem clara a importância desta relação ao referir nos seus objetivos específicos relativos à organização, o seguinte:

*“Reforçar as parcerias entre Desporto Escolar e outros agentes desportivos, incluindo associações locais, autarquias e o Desporto Federado.”*

O Documento Orientador do Desporto Escolar “Jogar pelo Futuro, Medidas e Metas para a Década” (Ministério da Educação 2003, p.19) define que: *“a estratégia global do Desporto Escolar deverá desenvolver-se num triângulo com as federações desportivas, as autarquias e a comunidade educativa. No que diz respeito ao relacionamento com as federações desportivas, serão desenvolvidas iniciativas globais e específicas, junto dos diversos agentes do subsistema desportivo federado, no sentido de ver estabelecida uma necessária articulação ideológica, de suporte à indispensável cooperação a concretizar.”*

Estes dois subsistemas de desenvolvimento das atividades físicas, apesar de evidenciarem diferenças nas finalidades que se propõem perseguir não deveriam concorrer entre si, mas sim cooperar na busca dos interesses comuns. Garcia (2005, p.5) refere que o *“Desporto Escolar poderia assumir-se como um enorme viveiro de potenciais desportistas de elevado nível.”* Nesta linha de pensamento, Bento (1991) considera que *“não há um desporto pedagógico, puro e educativo na escola e outro não pedagógico, impuro e não educativo no clube; não há um desporto bom que se deve escolher e um desporto mau que se deve rejeitar; são impróprias a dicotomia e a oposição entre clube e escola, entre professor e treinador, entre treino e educação”*. Ainda segundo o mesmo autor,

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

*“Escola e Clube têm, pois, que viver em simbiose de perspectivas e alargar a sua cooperação no sentido dos objetivos comuns, a fim de que o jovem possa receber, de ambos os lados, uma imagem francamente positiva da sua ligação ao desporto”* (Bento, 1991, p.7)

O ideal seria, nas relações do Desporto Escolar com o Desporto Federado serem estabelecidas pontes de comunicação entre os dois sistemas, no sentido de se clarificarem as relações e rentabilizarem os meios, como refere Pires (1990, p.82), *“O que é necessário é reconhecer que cada um destes sistemas é válido, cada um deles cumpre a sua missão.”* Mais ainda, Sobral (1991) defende a ideia duma intervenção do estado que implique, ao mesmo tempo, duas consequências: a implantação efetiva e pedagogicamente coerente do desporto na escola e a salvaguarda do Desporto Juvenil no âmbito do sistema federado.

Sendo um dos objetivos do Desporto Escolar, possibilitar o alargamento da prática desportiva ao maior número de portugueses, para a qual podem *“concorrer as escolas, as autarquias e outros agentes.”* (Constantino, 2003, p.5), todas as entidades operantes no sistema desportivo deveriam articular as suas intervenções de modo a possibilitar a todas as crianças o contato com as diferentes realidades desportivas sem prejuízo da concretização das atividades e projetos específicos de cada uma dessas entidades. Pina (2002, p.27) refere, nesse sentido, que: *“estamos, assim, perante o reconhecimento formal e explícito da cooperação entre os dois subsistemas, o Escolar e o Federado. Para nós esta situação é necessária, é possível e desejável e deverá ser facilitada e estimulada tanto na perspectiva de complemento educativo, como na de ocupação dos tempos livres.”*

Apesar dos avanços e recuos nesta área, muito ainda há para fazer, uma vez que a coexistência destes subsistemas não é, ainda, de todo a ideal. Referindo uma vez mais Chumbinho (comunicação pessoal 26 set. 2006), onde salienta a necessidade do emprego de uma política sustentada, articulada e coerente capaz de promover uma eficaz articulação entre os diversos subsistemas nos pontos em que estes se tocam, por forma a rentabilizar os recursos empregues nos mesmos. Mas, continua enfatizando os aspetos pelos quais ainda enferma o projeto, nomeadamente na parte dos recursos que, muitas

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

vezes, são aplicados de forma completamente desarticulada e despesista, sendo “*beneficiários*” os mesmos indivíduos e por vezes até os mesmos técnicos: das 08:30 às 18:30 é-se atleta do Desporto Escolar e depende-se dos recursos e constrangimentos do Desporto Escolar; a partir das 18:30 é-se atleta do clube e depende-se dos recursos e constrangimentos do Desporto Federado. Raras são as vezes em que a criança, ou jovem, é simplesmente aluno e atleta durante as 24 horas do dia, beneficiando simultaneamente e de forma rentável dos recursos do Desporto Escolar e do Desporto Federado e diminuindo, por esta via, os constrangimentos de ambos os subsistemas, resultando daqui projetos de desenvolvimento desportivo mais sustentados, com resultados mais visíveis e importantes e talvez com menor consumo de recursos. Perdem os jovens praticantes, perdem as modalidades e o Desporto Escolar, em última análise, perde o DESPORTO NACIONAL e desperdiçam-se importantes recursos públicos.

Seria de todo benéfico que na relação entre o Desporto Escolar e o Desporto Federado fossem valorizados os aspetos positivos que cada um deles apresenta. Deveriam olhar-se como parceiros no mesmo interesse e não como concorrentes no mesmo mercado, promover e criar, por parte de muitas das federações, mecanismos que incentivem e facilitem a articulação com o Desporto Escolar, para além de iniciativas pontuais com pouca expressão e mais do que no momento, promover uma efetiva e duradoura política nacional de Desporto Escolar. Sendo a realidade, apesar da existência de um programa estatal, muitas vezes dependente de variáveis circunstanciais como as conceções dos responsáveis, a diversos níveis, em cada momento, os modelos de organização ministerial, as verbas disponibilizadas para o Desporto Escolar e tentar colmatar a necessidade de implementação de orientações claras e objetivas, emanadas pela tutela do Desporto Federado, por inexistência de uma política nacional e integradora de desenvolvimento desportivo.

O Desporto Escolar apresenta argumentos de elevado valor que a serem aproveitados em parceria com o Desporto Federado, permitiriam recolher ainda mais dividendos. Dispõe do maior parque desportivo nacional (instalações desportivas das escolas); fazem parte do seu quadro de recursos humanos um

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

elevadíssimo número de técnicos especialistas em pedagogia e didática das atividades desportivas bem como de muitos especialistas em diversas modalidades (professores de Educação Física); dispõe de um enorme campo de recrutamento cujos indivíduos já passam uma significativa parte do dia e da semana em contacto com as instalações e técnicos, não necessitando de se deslocarem do seu “*habitat*” para praticar desporto (alunos nas escolas) e está associado a um programa estatal que permite cativar verbas ao Orçamento de Estado e Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da atribuição de redução da componente letiva do horário aos professores envolvidos (Programa de Desporto Escolar).

Tal como o Desporto Escolar, também o Desporto Federado apresenta argumentos extremamente válidos, a serem explorados pelas entidades competentes, no caso de uma cooperação franca e efetiva. Dispõem de uma estrutura total e especificamente vocacionada para o desenvolvimento da sua modalidade (formação específica aos diversos agentes, instalações, equipamentos, técnicos, planos de atividade, etc.) bem como de verbas estatais destinadas exclusivamente ao desenvolvimento da modalidade.

Neste sentido e finalizando esta temática achamos pertinente referir o recente protocolo celebrado entre O Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Fernando Gomes, e o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, que aproxima o Desporto Federado e o Desporto Escolar. Esta aproximação passa, por exemplo, pela promoção de eventos, estágios e competições desportivas conjuntas. Como refere a página da Direção-Geral da Educação (Desporto Escolar. Consultado a 29 de abril de 2016, disponível em <http://www.dge.mec.pt/noticias/desporto-escolar>), no âmbito do protocolo, haverá também condições especiais para a participação das escolas em competições da Federação Portuguesa de Futebol. Este protocolo visa o aumento da prática desportiva, o sucesso educativo e o combate ao abandono escolar com base no desenvolvimento do futebol no meio escolar, masculino ou feminino, nas suas diferentes variantes. Deste modo, sai reforçada uma visão do “*Desporto ao longo da Vida*”, com o Desporto Escolar na base bem como sai valorizada a atividade física e a Educação Física como áreas estruturantes do

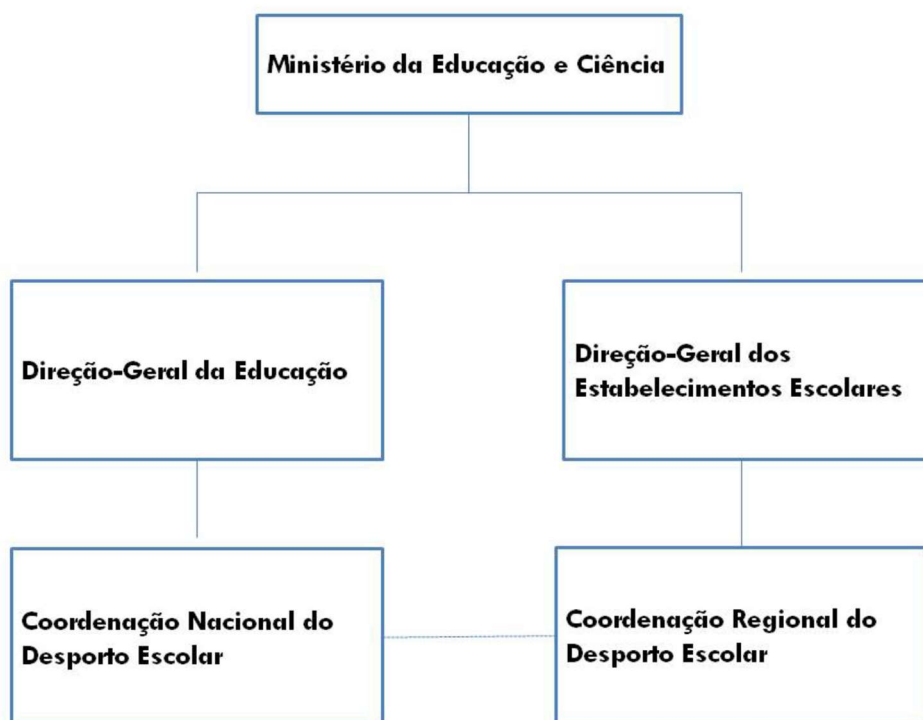
ensino e do desenvolvimento harmonioso dos alunos. Este protocolo potencia, assim, uma visão integrada do desporto, que passa pela maior articulação da oferta desportiva escolar com a de outros subsistemas – federado e universitário – e com o projeto olímpico, uma mais-valia potenciada pelo facto do desporto estar, agora, sob a tutela do Ministério da Educação. Ao abrigo deste protocolo, haverá ainda um incremento da formação conjunta de professores na área do futebol, bem como da formação conjunta de alunos, especificamente para assumirem a competência de árbitro.

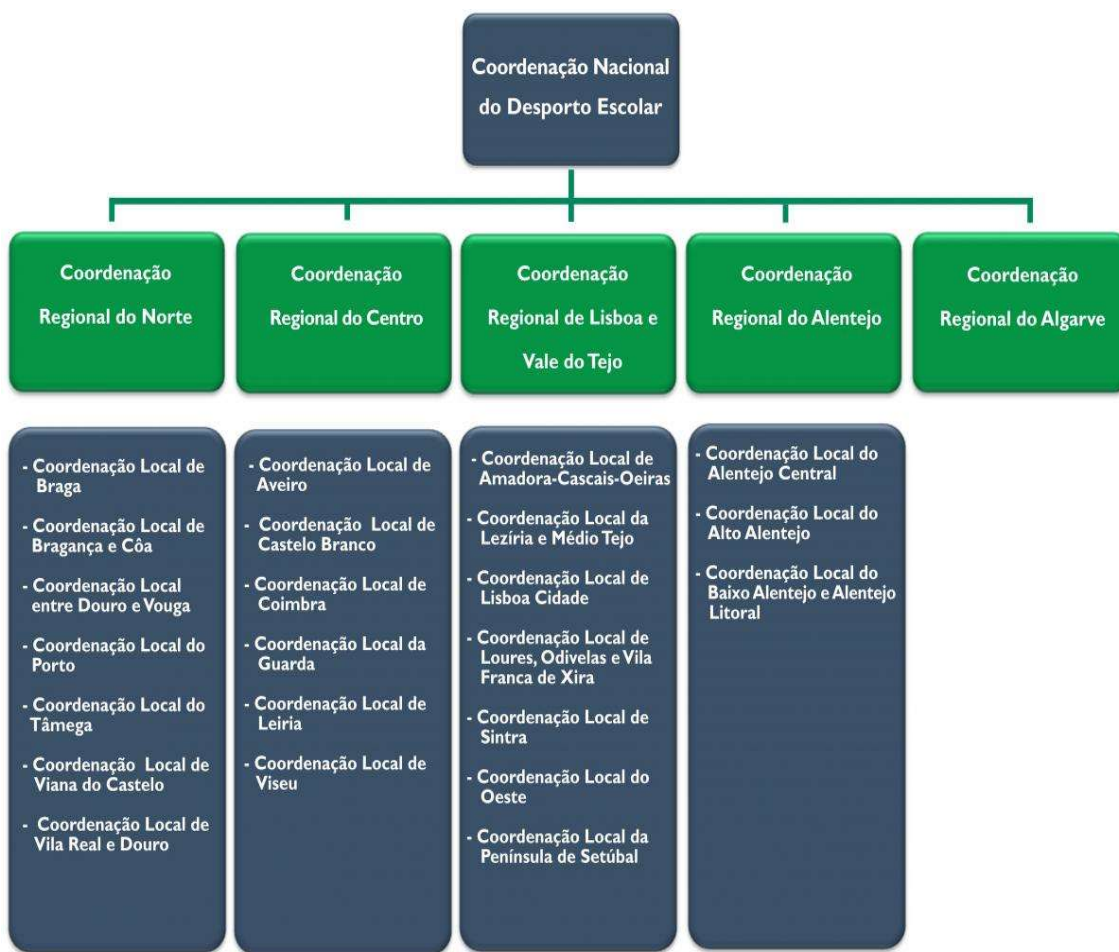
### 2.2.A organização do Desporto Escolar

#### 2.2.1. Organograma do Desporto escolar

O Desporto Escolar é tutelado a nível nacional pelo Ministério da Educação, atribuindo a responsabilidade da sua coordenação à Direção-Geral da Educação e a nível regional pela Direção-regional dos Estabelecimentos Escolares.

*Quadro 1 - Organograma nacional do Desporto Escolar*

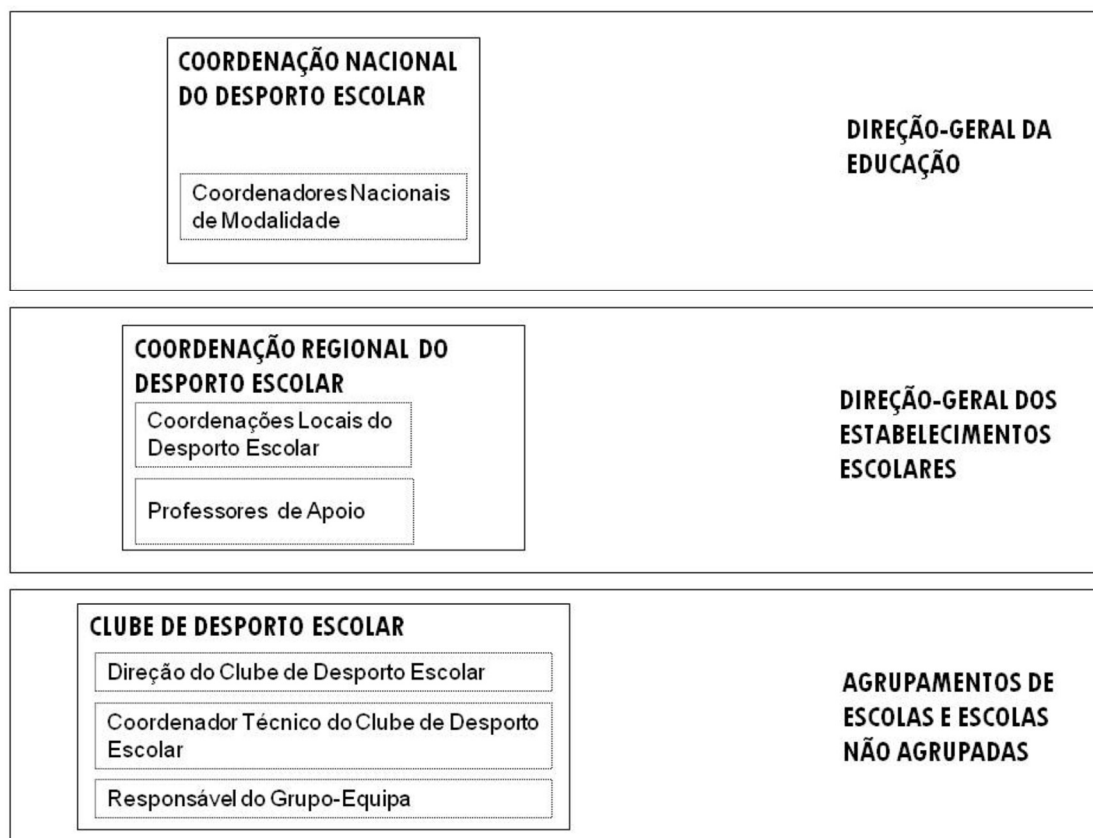




*Quadro 2 - Distribuição dos organismos de Coordenação do Desporto Escolar*

A sua estruturação respeita o mapa geográfico do País, encontra-se organizado por Coordenações Regionais que correspondem a determinadas áreas geográficas do Continente e compõe-se de 3 níveis complementares: uma Coordenação de Âmbito Nacional, cinco Coordenações de Âmbito Regional que incluem 24 Coordenações Locais e um número variável de Clubes de Desporto Escolar, promovidos pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

## 2.2.2. Órgãos e competências da estrutura do Desporto Escolar



*Quadro 3 - Órgãos constituintes da estrutura do Desporto Escolar*

A **Coordenação Nacional do Desporto Escolar** é da competência da Direção-Geral da Educação que, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 14/2012, tem como uma das suas atribuições: coordenar, acompanhar e propor orientações, em termos científico-pedagógicos e didáticos, para a promoção do sucesso e prevenção do abandono escolar e para as atividades de enriquecimento curricular e do Desporto Escolar.

O Despacho n.º 13608/2012 atribui à Divisão de Desporto Escolar da Direção de Serviços de Projetos Educativos as seguintes competências: (I) promover o Desporto Escolar junto das escolas como meio de atingir o sucesso escolar; (II) planear, orientar, acompanhar, promover e avaliar os diversos programas, projetos e atividades do Desporto Escolar; (III) promover e apoiar a realização de ações de formação destinadas a professores e alunos nas áreas

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

da organização, gestão e treino das atividades desportivas escolares; (IV) colaborar na definição das competências e orientações curriculares e pedagógicas da Educação Física e do Desporto Escolar; (V) promover o Desporto Escolar junto das escolas como meio de atingir o sucesso escolar; (VI) planear, orientar, acompanhar, promover e avaliar os diversos programas, projetos e atividades do Desporto Escolar; (VII) promover e apoiar a realização de ações de formação destinadas a professores e alunos nas áreas da organização, gestão e treino das atividades desportivas escolares; (VIII) colaborar na definição das competências e orientações curriculares e pedagógicas da Educação Física e do Desporto Escolar; (IX) assegurar a colaboração com a Direção-Geral da Administração Escolar na conceção dos termos de referência da inovação, qualidade, caracterização e normalização da arquitetura dos equipamentos e do mobiliário desportivo dos Estabelecimentos de Educação e Ensino; (X) assegurar a articulação entre o Desporto Escolar e o Desporto Federado.

Para operacionalização das competências acima referidas, à Divisão de Desporto Escolar compete: elaborar o plano anual de atividades (âmbito nacional); gerir os programas e projetos inerentes ao Desporto Escolar; supervisionar a organização das competições nacionais do Desporto Escolar; conceber estratégias de desenvolvimento das modalidades; elaborar os regulamentos e a documentação de apoio ao desenvolvimento do Programa do Desporto Escolar; promover a realização de ações de formação que contribuam para o desenvolvimento do Desporto Escolar; planear e supervisionar a participação em atividades desportivas internacionais; definir, monitorizar e avaliar os projetos complementares; constituir um grupo de especialistas em modalidades específicas (Coordenadores Nacionais de Modalidade) para assessorar e submeter à consideração da Coordenação Nacional do Desporto Escolar os planos de desenvolvimento das modalidades; apresentar o relatório de avaliação anual de atividades e o relatório de avaliação final do Programa do Desporto Escolar.

Faz parte da estrutura da **Coordenação Nacional do Desporto Escolar** a Coordenação Nacional das Modalidades, funcionando como uma estrutura

consultiva, constituída por docentes ou técnicos convidados pela **Coordenação Nacional do Desporto Escolar**, com reconhecida competência técnica e pedagógica nas diferentes modalidades. Compete à Coordenação Nacional das Modalidades assessorar e propor à Coordenação Nacional do Desporto Escolar, sugestões e pareceres sobre assuntos relativos à promoção e desenvolvimento das modalidades desportivas.

### **Coordenação Regional do Desporto Escolar**

De acordo com a Portaria n.º 29/2013 de 29 de janeiro compete à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares *“assegurar a implementação a nível regional dos diversos programas, projetos e atividades do Desporto Escolar, em articulação com a DGE”*. No Programa do Desporto Escolar designam-se por Coordenação Regional as unidades organizacionais da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares com atribuições específicas no Desporto Escolar.

As Coordenações Regionais do Desporto Escolar são responsáveis por: elaborar o plano de atividades da unidade organizacional (âmbito regional); propor o número e âmbito geográfico das Coordenações Locais do Desporto Escolar, assim como os recursos humanos necessários; analisar os pareceres das coordenações locais relativos aos Projetos dos Clubes do Desporto Escolar dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas; assegurar a participação dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas nos Campeonatos Nacionais do Desporto Escolar; apresentar à Coordenação Nacional a monitorização das atividades do Desporto Escolar, de acordo com o Plano Anual de Atividades do Desporto Escolar; organizar e acompanhar as atividades de âmbito nacional realizadas em conjunto com as unidades organizacionais de proximidade; planear e organizar as atividades de âmbito regional em articulação com as coordenações locais; promover as ações de formação para os alunos intervenientes no Desporto Escolar; assegurar a realização das atividades de âmbito nacional que lhe tenham sido delegadas pela Coordenação Nacional, em articulação com as Coordenações Locais e apresentar um relatório anual de atividades.

### **Coordenação Local do Desporto Escolar**

A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, através das suas Direções de Serviços Regionais, constituirá equipas para a Coordenação Local do Desporto Escolar. As Coordenações Locais do Desporto Escolar são estruturas de proximidade tendo por atribuições: elaborar o plano anual de atividades (âmbito local); dinamizar as suas atividades em articulação com a Coordenação Regional do Desporto Escolar e as atividades nacionais em articulação com a Coordenação Nacional do Desporto Escolar; promover as ações de formação para os alunos intervenientes no Desporto Escolar; analisar e dar parecer sobre os Projetos dos Clubes do Desporto Escolar em articulação com a Coordenação Regional do Desporto Escolar; supervisionar as atividades dos Clubes do Desporto Escolar e apresentar o relatório anual do plano de atividades.

### **Professores de Apoio às Modalidades**

Os professores de apoio às modalidades são docentes ou técnicos convidados pela Coordenação Regional do Desporto Escolar que, em função do conhecimento específico das modalidades que representam, colaboram com as Coordenação Regional do Desporto Escolar no cumprimento do respetivo plano de atividades.

As Coordenações Regionais do Desporto Escolar poderão constituir um Conselho Técnico Regional que integra os professores de apoio às modalidades daquela região. Os Conselhos Técnicos deverão articular em primeira instância com a Coordenação Regional do Desporto Escolar que, por sua vez, remeterá à Coordenação Nacional do Desporto Escolar, as suas sugestões e pareceres.

**O Clube do Desporto Escolar** é a unidade organizacional do agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas responsável pelo desenvolvimento e execução do Programa do Desporto Escolar.

Compete ao Clube do Desporto Escolar, através do seu diretor, elaborar e fazer aprovar anualmente no Conselho Pedagógico do agrupamento de escolas ou escola não agrupada o seu Projeto de Desporto Escolar. Os clubes de

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Desporto Escolar são constituídos pelos seguintes órgãos: Diretor do Clube do Desporto Escolar; Coordenador Técnico do Clube do Desporto Escolar e pelos Responsáveis dos grupos-equipa

O modelo organizativo dos Clubes do Desporto Escolar deverá prever a participação dos vários representantes da comunidade educativa.

Os Diretores dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas são, por inerência, diretores dos Clubes do Desporto Escolar, podendo esta competência ser delegada num dos elementos da Direção do agrupamento de escolas ou de escola não agrupada. Compete ao diretor do clube do Desporto Escolar: assegurar a articulação das atividades do Desporto Escolar com a componente curricular, com o Projeto Educativo e com o Plano Anual de Atividades do agrupamento de escolas ou escola não agrupada; supervisionar as atividades desportivas de extensão e complemento curricular; promover os estilos de vida saudáveis nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e submeter à Coordenação Local do Desporto Escolar o relatório anual elaborado pelo Coordenador Técnico do Clube do Desporto Escolar.

O Coordenador Técnico do Clube do Desporto Escolar é um docente de Educação Física designado pelo Diretor do Clube de Desporto Escolar. Este responsável, sempre que solicitado, participa como convidado no Conselho Pedagógico de modo a promover a dinamização da atividade desportiva em meio escolar. Caso entenda, o Diretor pode ainda designar um ou mais adjuntos do Coordenador Técnico.

O Coordenador Técnico do Clube do Desporto Escolar é responsável por planear e supervisionar a preparação, desenvolvimento e monitorização de todas as atividades previstas no projeto do Desporto Escolar, competindo-lhe em particular: elaborar o plano anual de atividades do Clube do Desporto Escolar; organizar atividades que promovam a melhoria da condição física da população escolar; realizar ações de formação para os alunos com funções de juizes/árbitros; elaborar o Dossier do Clube Desporto Escolar; acompanhar as competições, preencher os relatórios e atualizar os resultados; implementar projetos e ações no âmbito da promoção dos estilos de vida saudáveis;

dinamizar a atividade interna (Nível I); produzir e apresentar o relatório anual de atividades.

O Responsável do grupo-equipa terá de ser por inerência um professor de Educação Física. Excepcionalmente poderão ser professores de outras disciplinas, mas com habilitação na modalidade que irão desenvolver, devendo, para isso, candidatar-se e apresentar habilitações no seu currículo. Aos docentes responsáveis pelos grupos-equipa compete: elaborar o plano técnico anual do seu grupo-equipa; promover ações de recrutamento de praticantes e de divulgação da modalidade; realizar as sessões de treino previstas no plano de atividades; atualizar as fichas de presença e a base de dados; acompanhar e preparar as competições, jogos e atividades; realizar ações de formação para os alunos com funções de juizes/árbitros, em articulação com o Coordenador Técnico do Clube do Desporto Escolar e elaborar o relatório de atividades, que deverá incluir a avaliação qualitativa referente ao desempenho e assiduidade dos alunos.

### **2.2.3. Modelo Organizacional do programa do Desporto Escolar**

A prática desportiva escolar desenvolve-se através de modalidades/disciplinas desportivas, podendo cada uma delas ter uma dinâmica específica em função do grupo alvo, dos objetivos que se pretendem atingir, dos meios existentes e dos condicionalismos organizativos.

Embora a organização global das práticas desportivas deva respeitar as tradições e os hábitos organizacionais da escola, o projeto está subordinado ao programa do Desporto Escolar em vigor.

No período de vigência do respetivo programa, prevê-se a implementação das seguintes modalidades, sem prejuízo de alterações que a Coordenação Nacional do Desporto Escolar proponha introduzir.

### Oferta Desportiva

A oferta desportiva disponibilizada pelo projeto do Desporto Escolar no seu programa é a seguinte:

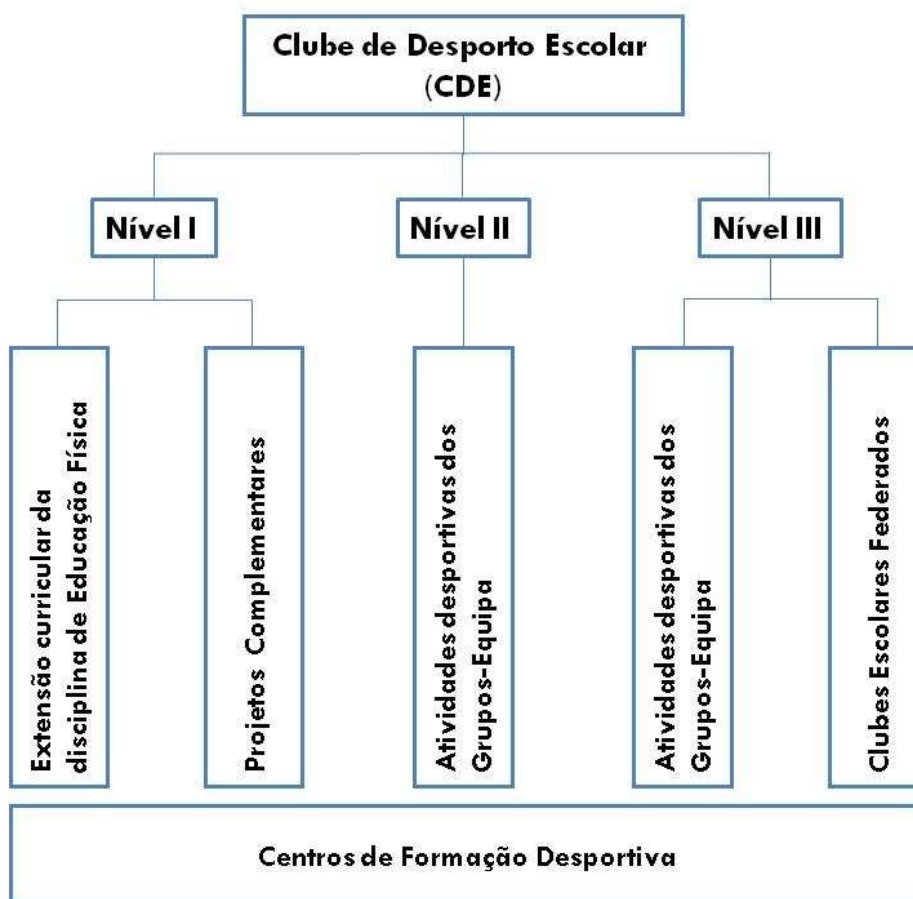
Modalidades coletivas	Andebol Basquetebol Basebol e Softebol Boccia Corfebol Desportos adaptados Futsal Goalball Hóquei em campo Rugby Voleibol	
Modalidades Individuais	Exploração da natureza	BTT Escalada Multiactividades Orientação
	Atividades náuticas	Canoagem Prancha à vela Surf Vela
	Desportos de combate	Esgrima Judo Luta Taekwondo
	Desportos de raquetas	Badminton Ténis Ténis de Mesa
	Vários	Atividades Rítmicas e Expressivas Atletismo Desportos gímnicos Golfe Hipismo Natação Perícias e corridas de patins Tico com arco Triatlo Xadrez

*Quadro 4 - Oferta desportiva do Projeto do Desporto escolar*

### Níveis de desenvolvimento da oferta desportiva

A dinamização do projeto pelos clubes de Desporto Escolar será feita tendo em conta vários níveis de desenvolvimento dentro da oferta desportiva

disponibilizada pelo mesmo. A cada um desses níveis correspondem âmbitos de atividades diferentes e com populações alvo bem mais específicas. O quadro que se segue refere os vários níveis de desenvolvimento do projeto.



*Quadro 5 - Níveis da oferta do projeto do Desporto Escolar*

**Atividades de Nível I** – Conjunto de atividades de promoção e divulgação desportiva, organizadas na continuidade dos conteúdos curriculares da disciplina de Educação Física. São dinamizadas na componente não letiva dos docentes de Educação Física, no âmbito da autonomia dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas. As atividades de Nível I são organizadas pelos Clubes do Desporto Escolar e poderão envolver outros agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. Para além das atividades de âmbito interno às escolas, existem ainda Projetos Complementares, dotados de financiamento próprio, organizados por etapas

e divulgados pela Coordenação Nacional do Desporto Escolar.

**Atividades de Nível II** – Atividades de treino desportivo regular de grupos-equipa e de competição desportiva interescolar formal. As competições escolares dividem-se em competições interescolares com as escolas de proximidade (fase Local), as competições interescolares de âmbito regional com as escolas apuradas nas competições locais, as competições interescolares de âmbito nacional com as escolas apuradas na fase regional e eventualmente internacional, os alunos neste nível deverão apreciar rituais e convenções que dão um significado singular a cada desporto e serem capazes de participar em competições apropriados à sua experiência. Para valorizar o sentimento de pertença à escola, a participação dos alunos nas competições deste nível deve fazer parte do quotidiano escolar.

**Atividades de Nível III** – Atividades de aprofundamento da prática desportiva (treino e competição) em modalidades e grupos-equipa de elevado potencial desportivo. Deste nível podem fazer parte os **Clubes escolares federados**. Estes clubes constituem os grupos-equipa que optam por participar em competições organizadas pelas federações das respetivas modalidades, desde que integrem alunos do agrupamento de escolas ou escola não agrupada a que pertence o grupo-equipa. Nessas situações, os alunos, além das normas internas ficam sujeitos às normas das respetivas federações.

**Centros de Formação Desportiva** – Constituem polos de desenvolvimento desportivo, dinamizados por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, em parceria com federações, municípios e parceiros locais. Visam a melhoria do desempenho desportivo através da concentração de recursos humanos e materiais em locais para onde possam convergir alunos de vários agrupamentos, quer nos períodos letivos, quer em estágios de formação desportiva especializada, nas interrupções letivas.

Os Centros de Formação Desportiva organizam-se em torno de 4 eixos fundamentais: (1) atividades de iniciação e aperfeiçoamento desportivo que

favoreçam a prática de atividades desportivas, cuja especificidade técnica exija condições especiais, como é o caso das modalidades náuticas, de ar livre e de exploração da natureza, entre outras; (2) atividades que favoreçam a formação especializada de alunos com interesse, capacidades e aptidões excepcionais para a prática de uma modalidade ou disciplina desportiva; (3) formação e certificação de professores nas vertentes teóricas e práticas de uma modalidade ou disciplina desportiva; (4) atividades de curta duração que incidam fundamentalmente em estágios de formação desportiva especializada, durante as interrupções letivas. A criação e renovação de Centros de Formação Desportiva decorre da aprovação de candidaturas submetidas nos termos constantes do regulamento do presente programa.

### **2.3. Investigação Empírica no âmbito do Desporto Escolar**

No que concerne à investigação empírica realizada no âmbito do Desporto Escolar nacional, poucos são os estudos encontrados que explorem este campo de aplicação. Do nosso conhecimento, os estudos existentes parecem centrar-se em dissertações de mestrado, sendo nulos os artigos de investigação científica que estudem esta temática. Assim, após uma vasta e cuidada pesquisa, foi possível aceder a algumas teses de mestrado desenvolvidas nas diversas instituições de ensino superior de Desporto e Educação Física do país, onde, de alguma forma, os temas abordados e estudados referenciavam pontos de interesse para o contexto deste estudo, mais propriamente com os Objetivos Estratégicos que o Desporto Escolar se propõe desenvolver. Assim, salientam-se algumas reflexões e pontos de vista dos mesmos, os quais consideramos importante referenciar.

Marques (2011), na sua Dissertação de mestrado, *“Sentidos e vivências do Desporto”*, referencia que *“os motivos que levam os alunos à prática do Desporto Escolar materializam-se em aspetos relacionados com as competências afetivas/pessoais, mais concretamente o gosto pela modalidade”*. Por outro lado, no que concerne aos objetivos visados com a prática do Desporto Escolar, *“os alunos apontam principalmente o*

*aperfeiçoamento da técnica e a melhoria da condição física*". Deste modo, é perceptível que são, principalmente, as competências motoras que os alunos procuram desenvolver na prática de Desporto Escolar. Porém, o autor refere que também as competências sociais e afetivo/pessoais são referenciadas de forma acentuada, consubstanciadas na convivialidade e possibilidade de competir. Ainda no mesmo estudo, Marques (2011), relativamente às opiniões colhidas no grupo de professores de Educação Física, salienta *"sob o ponto de vista negativo, a falta de apoio das organizações que tutelam o Desporto Escolar e, positivamente, o desenvolvimento social e relacional dos alunos, assim como a sua evolução técnica"*. Refere, ainda, que os mesmos *"são da opinião de que deveria existir um vínculo mais estreito ao meio associativo, na perspetiva de dar continuidade à evolução desportiva, principalmente dos talentos detetados"*. Concordam com a ideia de que o Desporto Escolar deve funcionar como um espaço onde os alunos devem desenvolver maioritariamente as competências sociais e relacionais, dando, assim, primazia aos aspetos pedagógicos e sócio afetivos, para além de se apresentar como uma excelente ferramenta para o desenvolvimento social e relacional, desenvolvendo neles as questões da superação, da cooperação, da integração, da autonomia e da organização pessoal. Reconhecem-no como uma prática que combate o abandono escolar, fomenta o sucesso escolar, resolve problemas de comportamento e cria uma identificação dos alunos com a escola. O autor refere, ainda, que os professores são da opinião que a sua formação e experiência profissional são os aspetos mais relevantes para o seu desempenho enquanto professores de Desporto Escolar e conclui que *"os professores concebem o Desporto Escolar de modo alinhado com os Objetivos Estratégicos enunciados no Programa de Desporto Escolar"*.

Santos (2009), na sua dissertação de mestrado, *"Atributos da qualidade da competição desportiva escolar: estudo comparativo entre as perceções dos praticantes e respetivos encarregados de educação"*, pese embora se trata de um estudo de caso e que as conclusões retiradas do mesmo têm significado apenas para a comunidade escolar estudada, refere que não existem diferenças significativas entre praticantes e encarregados de educação no que

concerne à satisfação geral em relação ao Desporto Escolar. Assim, o nível de satisfação dos praticantes reflete-se no nível de satisfação dos encarregados de educação, por outras palavras, se os praticantes estão satisfeitos, é bem provável que o seu encarregado de educação também esteja. Uma possível interpretação para tal cenário é que a grande maioria dos encarregados de educação sabem o que se passa no Desporto Escolar pelos seus educandos, sendo assim influenciados nas suas opiniões.

Vieira (2008), na sua dissertação de mestrado *“Perceção dos professores de Desporto Escolar sobre os atributos do serviço e fatores de satisfação e insatisfação”*, refere que os professores estão satisfeitos com o serviço disponibilizado pelo Gabinete Coordenador do Desporto Escolar e com o contributo do Desporto Escolar no desenvolvimento integral dos jovens ao nível dos domínios: físico, cognitivo, afetivo e psicológico, realçando o seu valor formativo e educativo.

Como é possível verificar através da informação supracitada, denota-se uma análise das perspetivas dos encarregados de educação e dos professores de Educação Física face ao Desporto Escolar, destacando-se a escassez de informação sobre as perspetivas inerentes aos órgãos de gestão da instituição Escola. A este nível, na sua dissertação de mestrado, Henrique (2015) referencia a opinião do diretor da sua escola sobre o Desporto Escolar onde salienta *“os condicionalismos que são colocados a montante pelas diretrizes políticas da tutela (...) verifica-se um divórcio escola/clubes que não beneficia nenhum (...) devia haver mais rigor e até mesmo ser alterada a política de subsídios, para que haja um maior equilíbrio nos valores atribuídos aos clubes e ao Desporto Escolar”*.

Para concluir, importa salientar, ainda, a ideia apresentada por Freire (2010) na sua dissertação de mestrado *“Desporto Escolar – Uma possível estratégia no combate ao insucesso escolar”*, onde de uma forma geral traça um quadro envolvente ao desenvolvimento do Desporto Escolar enfatizando a ideia de que cabe então a todas as entidades devidas que se unam e criem novos projetos e condições, para que todos os alunos que queiram participar no

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

Desporto Escolar tenham essa hipótese e na modalidade que pretendem, tendo à sua disposição condições para a prática do desporto na escola, profissionais do desporto a orientá-los e um sistema competitivo atrativo. Só assim se poderão tirar todos os proveitos referenciados do Desporto Escolar para o desenvolvimento físico e cognitivo de todos os alunos, aliando assim mais uma estratégia para o combate a um dos flagelos da nossa sociedade atual, o insucesso escolar.



## **CAPÍTULO III**

### **OBJETIVOS DO ESTUDO**

---



### 3. OBJETIVOS DO ESTUDO

#### 3.1. Objetivos gerais

Com o presente estudo pretendeu-se compreender a percepção de estudantes, encarregados de educação, professores de Educação Física e elementos dos órgãos de gestão acerca da persecução dos objetivos estratégicos preconizados pelo Desporto Escolar na realidade de uma escola do Agrupamento Vertical de escolas de Fiães. Tal como foi mencionado e desenvolvido no capítulo da Revisão da Literatura, os objetivos estratégicos inerentes ao Desporto Escolar caracterizam-se por: (1) melhorar a qualidade da educação; (2) aumentar as oportunidades de prática desportiva de qualidade; (3) aumentar o sucesso escolar; (4) formar mais e melhores praticantes; (5) garantir a igualdade de oportunidades; (6) aumentar a visibilidade das boas práticas; (7) melhorar os métodos de ensino aprendizagem; (8) adaptar ofertas às necessidades; (9) criar instrumentos facilitadores da inclusão; (10) melhorar a imagem e divulgação do DE; (11) valorizar a formação profissional; (12) potenciar projetos estruturantes em parcerias; (13) implementar um sistema de informação e comunicação.

#### 3.2. Objetivos Específicos

Compreender a percepção dos participantes sobre a forma como o Desporto Escolar pode concorrer para a melhoria da qualidade da educação e do sucesso escolar;

Perceber o modo como os participantes vêem o Desporto Escolar enquanto meio promotor de oportunidades de prática desportiva de qualidade e, simultaneamente, garantir a igualdade de oportunidades entre géneros;

Aferir a percepção dos estudantes, dos professores de Educação Física e dos encarregados de educação sobre a forma como o Desporto Escolar pode concorrer para a formação de mais e melhores praticantes;

### 3. OBJETIVOS DO ESTUDO

Compreender a percepção dos professores de Educação Física e dos representantes dos órgãos de gestão sobre a forma como o Desporto Escolar pode promover a criação de instrumentos facilitadores da inclusão;

Analisar a visão dos professores de Educação Física e dos representantes dos órgãos de gestão sobre a forma como o Desporto Escolar pode melhorar a sua imagem e divulgação bem como de potenciar projetos estruturantes em parcerias;

Compreender a percepção dos professores de Educação Física sobre a forma como o Desporto Escolar pode concorrer para a melhoria dos métodos de ensino/aprendizagem e para a valorização da sua formação profissional;

Aferir a percepção dos representantes dos órgãos de gestão sobre a forma como o Desporto Escolar pode concorrer para aumentar a visibilidade das boas práticas e para a necessidade de adaptar a oferta às necessidades.

## **CAPÍTULO IV**

### **METODOLOGIA**

---



### 4. METODOLOGIA

#### 4.1. Caracterização do Contexto

Este trabalho foi realizado numa escola do Agrupamento Vertical de Escolas de Fiães, pertencente à Direção Regional de Entre Douro e Vouga.

O Agrupamento de Escolas de Fiães situa-se no concelho de Santa Maria da Feira e na cidade de Fiães. O concelho de Santa Maria da Feira é um dos concelhos que constituem a sub-região "Entre Douro e Vouga". Situa-se na Região Douro Litoral, faz parte do distrito de Aveiro e confina a Norte com os concelhos de Vila Nova de Gaia e Gondomar, a Oeste com os concelhos de Espinho e Ovar, a Sul com o concelho de Oliveira de Azeméis e a Este com o concelho de Arouca. Os alunos que frequentam o agrupamento provêm das freguesias vizinhas, estando a área de influência presente no mapa abaixo referenciado (figura 1). Das localidades que se encontram mais a nascente – Lobão, Gião, Vila Maior, Guisande, Canedo, Louredo e Vale – chegam ao agrupamento alunos provenientes de famílias com menos recursos e características socioculturais algo diferentes, essencialmente decorrentes do meio mais rural onde vivem e do agregado familiar numeroso e com um nível de instrução geral baixo.

Relativamente aos Recursos Físicos, o atual agrupamento de escolas Coelho e Castro é constituído por 6 Jardins de Infância, 5 escolas do 1º Ciclo e 1 escola Sede com 2.º, 3.º Ciclo e Secundário. As diferentes escolas do Agrupamento estão distribuídas pelas freguesias de Fiães e das Caldas de S. Jorge.

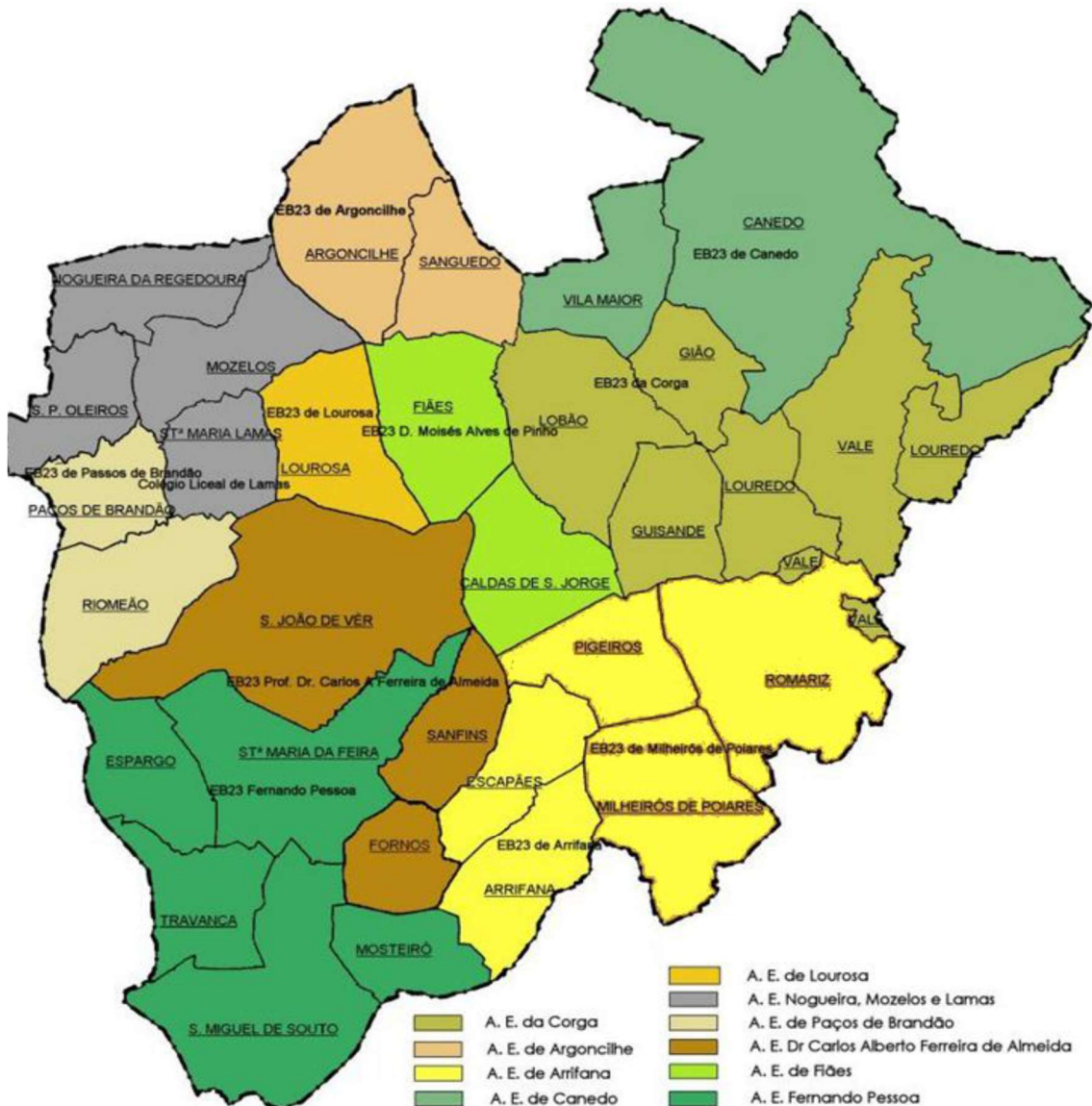


Figura 1 - Área de influência da escola para o Ensino Básico

Em termos de Recursos Humanos, o agrupamento apresenta as seguintes características:

### Órgãos de Gestão

Os órgãos de Gestão foram eleitos de acordo com o Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, sendo constituído pelos seguintes elementos: diretor, António Pedro Lima; subdiretora, Sónia Moreira; adjuntos, Ângela Silva, Gorete Pacheco e Luís Gomes.

### **Alunos**

Da população discente do Agrupamento de Escolas Coelho e Castro fazem parte:

- 144 alunos do ensino pré-escolar divididos por 8 turmas de 6 jardins de Infância;
- 342 alunos do 1º ciclo divididos por 16 turmas de 4 escolas básicas;
- 195 alunos do 2º ciclo divididos por 10 turmas na escola sede do agrupamento;
- 368 alunos do 3º ciclo divididos por 19 turmas na escola sede do agrupamento;
- 315 alunos do ensino secundário divididos por 14 turmas na escola sede do agrupamento
- 111 alunos do ensino profissional divididos por 6 turmas na escola sede do agrupamento;
- 11 alunos do ensino vocacional numa turma na escola sede do agrupamento;
- 80 alunos do ensino recorrente divididos por 3 turmas na sede do agrupamento (noite);
- 56 alunos do curso de educação e formação de adultos divididos por 2 turmas na sede do agrupamento (noite);
  
- 57 alunos no Centro de Novas Oportunidades divididos por 2 turmas na sede do agrupamento (noite).

### **Pessoal Não Docente**

O quadro de Pessoal Não Docente é composto por 63 funcionários distribuídos da seguinte forma:

- 1 técnico superior (quadro regional função pública);
- 8 assistentes técnicos (quadro regional função pública);
- 1 chefe de serviços de administração escolar (quadro regional função pública);
- 23 assistentes operacionais (quadro técnico função pública);
- 1 assistente técnico (contratação individual trabalho);
- 29 assistentes operacionais (contratação individual de trabalho).

### **Pessoal Docente**

Relativamente ao corpo docente, o agrupamento dispõe de 177 docentes das várias disciplinas e graus de ensino distribuídos da seguinte forma:

- 164 professores (quadro de escola ou de zona pedagógica);
- 13 professores (contratados)

### **Oferta Formativa**

Dando cumprimento à sua missão o Agrupamento tem procurado responder às necessidades locais. Assim, tem diversificado e adequado a sua oferta formativa às necessidades da comunidade local e implementou, nos últimos quatro anos, as seguintes ofertas formativas:

#### **a) Oferta formativa para jovens**

A oferta formativa para jovens compreende Cursos Regulares a nível da Educação Pré-escolar, 1º Ciclo, 2º Ciclo e 3º Ciclo e Cursos de Educação e Formação de Jovens para o 3º Ciclo, nas áreas de: práticas administrativas, proteção e prestação de socorros, mesa e bar, eletricidade de instalações e operador de informática. Colaborou também com o Ministério do Emprego e Solidariedade Social na implementação de ofertas formativas de 2º e 3º ciclo do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF).

O Agrupamento disponibiliza também atividades de animação e apoio à família regulamentadas pelo Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, dirigidas a alunos da educação pré-escolar. Estas desenvolvem-se, antes e ou depois, do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção destas atividades e são promovidas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira através do Protocolo celebrado com a FapFeira (Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do concelho de Santa Maria da Feira). Com estas atividades pretende-se dinamizar ações de animação socioeducativa enriquecedoras e articuladas à especificidade e projeto educativo, bem como promover atividades de expressão e educação físico-motora que permitam o fortalecimento da saúde da criança, o desenvolvimento

de uma postura corporal correta, o desenvolvimento das capacidades físicas, o desenvolvimento da autoconfiança e autoestima com o intuito de facilitar à criança o desenvolvimento de conhecimentos relativos ao espaço, ao tempo, aos objetos, ao seu corpo e às normas relativas às diferentes formas de atividade motora.

Para os alunos do 1º ciclo do ensino básico disponibilizamos a componente de apoio à família regulamentada pelo Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, que se desenvolve antes e ou depois do período diário de atividades letivas e durante os períodos de interrupção destas atividades são promovidas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira através do Protocolo celebrado com a FapFeira. Esta oferta tem os mesmos objetivos que as atividades de animação e apoio à família da educação pré-escolar. Também para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico o agrupamento promove Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) regulamentadas pelo Despacho n.º 9265-B/2013, de 17 de julho, que pretendem cumprir o duplo objetivo de garantir a todos os alunos, de forma gratuita, a oferta de um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo, ao mesmo tempo que concretiza a articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio às famílias consolidando o conceito de escola a tempo inteiro.

No âmbito destas atividades, e em consonância com os objetivos e finalidades do projeto educativo, o agrupamento decidiu implementar as seguintes ofertas: Apoio ao Estudo, Ensino de Inglês; Atividade Física e Desportiva, e as Atividades lúdico expressivas de Expressão Plástica e Visual e Expressão Musical.

Relativamente ao Ensino Secundário (jovens), a oferta é diversificada e incluiu os seguintes cursos implementados de forma autónoma ou em parceria:

- **Cursos Científico-humanísticos:** Curso de Ciências e Tecnologias; Curso de Artes Visuais; Curso de Línguas e Humanidades.
- **Cursos Profissionais:** Técnico de Contabilidade; Animador Sociocultural; Técnico de Turismo; Técnico de Informática de Gestão; Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos; Técnico de Termalismo.

- **Curso de Aprendizagem:** Mecatrónica.

#### **b) Oferta formativa para adultos**

A oferta formativa dirigida a adultos tem compreendido, ao longo dos últimos anos, os seguintes cursos:

- **Ensino Recorrente:** Ensino Recorrente por módulos capitalizáveis.

- **Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA):** competências Básicas (B1); assistente familiar e de apoio à comunidade (B2); operador de Informática (B3); agente em Geriatria (B3); eletricista de instalações (B3); técnico de informática-redes (N.S.); técnico de informática (N.S.); técnico instalador de sistemas solares térmicos (N.S.); técnico de instalações elétricas (N.S.); técnico informático de sistemas (N.S.); animador sociocultural; técnico de secretariado; técnico de ação educativa (N.S.).

- **Centro Novas Oportunidades (CNO):** Reconhecimento e validação de competências (RVCC).

#### **Diagnóstico da Comunidade Escolar.**

De harmonia com a caracterização elaborada e com a opinião da Comunidade Educativa, suportada pela vivência de alguns anos nas escolas deste agrupamento, referenciada em atas do Conselho Pedagógico, dos Departamentos, dos Conselhos de Turma e Conselhos de Docentes (ano e estabelecimento), pais e encarregados de educação bem como nos relatórios de avaliação de atividades e nos relatórios de avaliação interna e externa, são realçados alguns aspetos positivos que têm contribuído para o sucesso educativo, os quais procuraremos sempre reforçar.

São também identificados os pontos fortes/fracos que são alvo do nosso esforço e empenho no sentido de serem ultrapassados bem como as situações que de algum modo podem ser consideradas oportunidades/ameaças para melhor rendimento do agrupamento:

## 4. METODOLOGIA

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Bons resultados ao nível do 1º ciclo e no ensino secundário em Português e História;</p> <p>Corpo docente e não docente estabilizado e competente;</p> <p>Reconhecimento, por parte dos alunos, da competência pedagógica dos professores, por parte dos pais e alunos;</p> <p>Ligação afetiva dos alunos aos docentes e à escola;</p> <p>Escola com sucesso ao nível da inclusão dos alunos com NEE;</p> <p>Oferta diversificada de atividades extracurriculares;</p> <p>Dinamização de atividades e projetos, em articulação com os parceiros locais;</p> <p>Articulação estreita com as associações de pais;</p> <p>Existência de Serviços de Psicologia e Orientação;</p> <p>Existência de Gabinete de Atendimento à Comunidade Educativa (GACE);</p> <p>Forte ligação à comunidade.</p>	<p>Alunos com poucos hábitos de trabalho e de estudo;</p> <p>Envolvimento reduzido dos alunos na vida do agrupamento;</p> <p>Baixo nível de escolaridade dos encarregados de educação;</p> <p>Problemas pontuais de indisciplina, dentro e fora da sala de aula;</p> <p>Dificuldades na articulação curricular entre ciclos;</p> <p>Instalações velhas;</p> <p>Dificuldades económicas crescentes nos agregados familiares dos alunos;</p> <p>Diminuição dos apoios na ação social escolar.</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Forte associativismo da comunidade Câmara Municipal e Junta de Freguesia dispostas a colaborar.</p> <p>Combate às baixas qualificações da população que reside na área de influência da escola.</p> <p>Tecido empresarial diversificado e constituído por empresas de pequena dimensão.</p>	<p>Diminuição do nº de crianças.</p> <p>Escola privada nas proximidades da escola.</p> <p>Baixo poder económico da população envolvente.</p>

*Quadro 6 - Pontos fortes/fracos apontados ao Agrupamento*

### 4.2. Participantes

No presente estudo participaram vinte e três elementos da comunidade educativa de uma escola do agrupamento de escolas em questão, nomeadamente:

- Dez Estudantes, todos eles a frequentar os 9º, 10º ou 11º anos dos ensinos regular e/ou profissional e inscritos nos grupos do Desporto Escolar de futsal. Todos os alunos participantes situam-se na faixa etária dos 16 aos 18

anos e são do sexo masculino.

- Cinco Encarregados de Educação de alunos inscritos nos referidos grupos, três do sexo feminino e dois do sexo masculino com idades entre os 40 e os 45 anos. Todos os entrevistados, representantes dos Encarregados de Educação, foram contactados individualmente, antes da realização da entrevista, com a intenção de perceber a sua disponibilidade e motivação para a participação no estudo, ao que todos corresponderam de uma forma excepcional, demonstrando a sua total disponibilidade para colaborar neste estudo.

- Dois elementos dos Órgãos de Gestão da Escola, nomeadamente o Diretor e o vice-diretor (ambos do sexo masculino, com 51 e 42 anos, respetivamente). O Conselho Executivo do agrupamento é composto por cinco elementos que após terem conhecimento deste estudo voluntariaram-se de imediato para participarem. A escolha dos dois representantes participantes fez-se em função da disponibilidade de cada um.

- Seis professores de Educação Física (quatro do sexo feminino e dois do sexo masculino com uma média de idades a rondar os quarenta e dois anos) que, no seu todo, formam o referido grupo da disciplina. Tal como o grupo anterior, também o grupo de professores de Educação Física mostrou grande disponibilidade e motivação para participar no estudo.

Os participantes foram escolhidos pelo método de amostragem por conveniência (Patton, 2002), dada a acessibilidade da população a ser estudada, de uma forma aleatória e voluntária. Todos os participantes foram devidamente informados sobre o propósito do estudo e o âmbito da sua participação, tendo a possibilidade de abandonar o mesmo a qualquer momento. Foi, ainda, solicitada a sua concordância para a realização das entrevistas, tendo sido obtido o seu assentimento por escrito em Termo de Consentimento. Conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). O termo foi assinado de uma forma livre e só após informação e esclarecimento dos objetivos do estudo.

Os pressupostos de anonimato e confidencialidade foram garantidos para todos os participantes pela atribuição códigos (Ex: Alunos – A11..., Professores – Prof1..., Órgãos de Gestão – OG1... e Encarregados de Educação – EE1...).

### 4.3. Procedimentos de recolha de dados

A recolha de dados foi realizada através de entrevistas de natureza semiestruturada. A sua realização decorreu no gabinete de apoio aos encarregados de educação da escola em questão, no qual foi garantido um ambiente calmo, sossegado e tranquilo. Pretendia-se, assim, criar um ambiente acolhedor, sem possibilidades de interrupções e interferências externas, no qual os entrevistados pudessem opinar sobre as suas convicções, experiências, crenças, conhecimentos e histórias sobre a temática a tratar, permitindo, consequentemente, recolher o maior número de informações possível e de elevada qualidade.

A opção pelo método de entrevista tem a ver com a natureza qualitativa do estudo, sendo este método muito usual nestas situações e que permite recolher uma vasta gama de dados consoante a orientação do entrevistador. Acerca desta opção convém referir que a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de recolha de dados de que dispõem as ciências sociais (Gil, 1999). A utilização da técnica da entrevista num trabalho científico segundo Rosa & Arnoldi (2006), apresenta entre outras as seguintes vantagens: (1) permite a obtenção de grande riqueza informativa – intensiva, holística e contextualizada – por serem dotadas de um estilo especialmente aberto, já que se utilizam de questionamentos semiestruturados; (2) proporciona ao entrevistador uma oportunidade de esclarecimentos, junto aos segmentos momentâneos de perguntas e respostas, possibilitando a inclusão de roteiros não previstos, sendo esse um marco de interação mais direta, personalizada, flexível e espontânea; (3) cumpre um papel estratégico na previsão de erros, por ser uma técnica flexível, dirigida e econômica que prevê, antecipadamente, os pontos mais importantes, as hipóteses e outras orientações úteis para as reais circunstâncias da investigação, de acordo com a vontade do entrevistado, propiciando tempo para a preparação de outros instrumentos técnicos necessários para a realização, a contento, da entrevista.

As entrevistas, que se realizaram durante o primeiro período (setembro a dezembro de 2016), foram idênticas para os participantes do mesmo grupo, mas

diferentes de grupo para grupo. A elaboração das entrevistas resultou de um processo de preparação cuidadoso e rigoroso, caracterizado pela preparação prévia de entrevistas piloto para cada um dos grupos a entrevistar, com o objetivo de garantir que as questões seriam de fácil percepção e que o discurso fosse lógico e de fácil compreensão, a partir das quais, e com ligeiras alterações, se realizou um guião adequado para uma entrevista relevante, clara e compreensível. As questões colocadas nas referidas entrevistas eram quase todas de resposta aberta, permitindo ao participante uma maior liberdade e criatividade na sua resposta. De acordo com Ghiglione & Matalon (2001), a questão aberta é mais apropriada quando o objetivo da investigação não se situa, apenas, na descoberta de atitudes ou atributos do indivíduo entrevistado, mas, também, a compreensão da estrutura de base sobre a qual ele formou a sua opinião, que no fundo é a ação deste estudo. Os mesmos autores referem que o objetivo da entrevista semiestruturada é tentar compreender o universo que é percebido pelo indivíduo sob um domínio já conhecido. Por conseguinte, o guião foi construído de forma a poder ser utilizado de acordo com uma sequência suscetível de ser alterada em função do discurso do entrevistado. O entrevistador possuiu, assim, um papel de mediador nas questões, não permitindo que o entrevistado se desviasse do rumo previamente definido e de alguma forma se perdesse o sentido e as metas que se pretendiam atingir.

Antes da realização das entrevistas, os guiões foram apresentados aos entrevistados para prévia familiarização, quer acerca dos objetivos de estudo, quer sobre as perguntas a ser colocadas. Na totalidade foram feitas vinte e três entrevistas, perfazendo um total de cerca de doze horas de gravação, com o auxílio de um gravador portátil (gentilmente cedido pela FADEUP).

### **4.4. Procedimentos da análise de dados**

Sendo este trabalho de caráter eminentemente qualitativo, a análise dos dados nele recolhidos, pelas entrevistas semiestruturadas, reveste-se de uma importância fundamental para a fiabilidade dos resultados. Nesse sentido estudos recentes revelam a análise qualitativa de dados é um fenómeno recentemente retomado, que se caracteriza por ser um processo indutivo que

tem como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiano dos sujeitos, estando baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa.

Segundo André (1983) ela visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos na sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto.

Atualmente vem-se discutindo muito a necessidade de requisitos básicos para levar a efeito uma análise qualitativa, e a maioria dos autores ligados ao tema considera que a experiência do pesquisador - dentro da área, com a literatura pertinente e diferentes formas de analisar dados de entrevista - seja uma condição "sine qua non" para que realize um estudo adequado, levando-se em conta que ele (pesquisador) é, na realidade, o seu próprio instrumento de trabalho (Joly Gouveia, 1984).

Trabalhos recentes confirmam o estabelecimento de pontos a serem considerados e alguns critérios necessários para se levar a efeito uma análise qualitativa. André (1983, p.57) propôs uma modalidade que chamou "*Análise de Prosa*" definida como sendo "*uma forma de investigação do significado dos dados qualitativos onde tópicos e temas vão sendo gerados a partir do exame dos dados e sua contextualização no estudo, sendo preciso que estes tópicos e temas sejam frequentemente vistos, questionados e reformulados, na medida em que a análise se desenvolve, tendo em vista os princípios teóricos e os pressupostos da investigação*".

Estudos metodológicos vêm afirmando que o formato da entrevista, bem como o tipo de registro observacional, determina de maneira muito estreita a análise de dados que é possível e adequado fazer (Newson & Newson, 1976; Biasoli Alves e Marturano, 1977). Portanto, ao pretender realizar uma análise qualitativa seria fundamental verificar como deveria ocorrer a recolha de dados, mais especificamente, que formato de entrevista seria o mais pertinente (Biasoli Alves, Dias da Silva, Sigolo e Caldana, 1987). E, os estudos encaminham preferentemente para propostas de entrevistas definidas por Cannel e Kahn (1974) como semiestruturadas, que pedem uma composição de roteiro com

tópicos gerais selecionados e elaborados de tal forma a serem abordados com todos os entrevistados.

A análise qualitativa caracteriza-se pela busca e apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual (teoria) do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade, mesmo porque um trabalho desta natureza não tem a pretensão de atingir o limiar da representatividade (Fernandes, 1991).

São fatos inquestionáveis que as entrevistas semiestruturadas, em que o discurso dos sujeitos foi gravado e transcrito na íntegra, produzem um volume imenso de dados que se acham extremamente diversificados pelas peculiaridades da verbalização de cada um.

Redigir significa, na análise qualitativa, a sua concretização, há a eleição de tópicos e temas, uma sequência de narrativa alicerçada na literatura e nas próprias verbalizações dos sujeitos, em que o cuidado com a linguagem fica por conta de elaborar uma redação coerente e fluida que encaminhe o leitor para a compreensão, análise e crítica do texto (Aries, 1973).

Finalizando estas ideias sobre a questão da análise qualitativa do trabalho com recurso à estratégia da entrevista semiestruturada cumpre apenas enfatizar que se a preocupação metodológica do pesquisador ao trabalhar com análise qualitativa reside numa apreensão abrangente do fenômeno estudado, aliada à garantia de estar a passar um conhecimento crítico da realidade, necessita, para cumprir os seus objetivos, de muito tempo, disponibilidade, conhecimento e experiência na área e muita, mas muita seriedade no seu trabalho.

No que concerne à análise de dados efetuada neste estudo, numa primeira fase foi realizada uma audição de todas as entrevistas de forma a garantir a familiaridade com o material gravado. Posteriormente, procedeu-se ao registo e transcrição das entrevistas, onde se respeitou o discurso oral e a gramaticalidade de forma a garantir a preservação de conteúdo semântico das respostas dos entrevistados. Para assegurar a fiabilidade das transcrições, recorreremos ao

procedimento de audição sistemática e confirmação de pequenos segmentos de texto com registo de pequenos excertos (palavras ou pequenas frases) salientando, assim, a pertinência e originalidade de algumas respostas dadas pelos entrevistados.

Toda a informação contida nas entrevistas foi analisada, resumida, agrupada e registada sobre a forma de ideias base e genéricas dos aspetos investigados. A informação contida nas entrevistas foi submetida a uma análise temática com recurso a procedimentos indutivos, de modo a construir uma compreensão sobre os fenómenos investigados (Patton, 2002). Na primeira fase da análise fizemos a codificação da informação de cada uma das entrevistas e registo dos aspetos mais relevantes apontados pelos entrevistados em cada uma das questões. Seguidamente, com base nesses aspetos que mais se salientaram, procuramos construir e organizar, de uma forma agrupada, uma ideia geral que compreendesse toda a interpretação da informação recolhida nas entrevistas sobre a temática em análise. Sendo este trabalho individual, pessoal e de carácter subjetivo, que se baseia em dados de natureza qualitativa, a validação dos resultados obtidos torna-se muito difícil, senão de todo impossível, obrigando a sucessivas audições e comparações com os dados recolhidos. A estratégia de Validação dos dados recolhidos foi assegurada pela análise interpretativa dos dados, realizada através de uma abordagem colaborativa, com reuniões regulares da equipa de trabalho e investigação, para discutir o sistema categórico de organização emergente dos dados. Todo este processo foi fundamental para garantir a validade interpretativa dos dados e para minimizar o risco do seu enviesamento (Silverman, 2000).

Por fim, foi produzido o documento escrito, procurando contar a complicada história dos dados, através de uma descrição concisa, coerente, lógica, não repetitiva e interessante, de cada objetivo em estudo, evidenciando os aspetos que se revelaram mais importantes através de excertos ilustrativos do pensamento dos participantes na secção de resultados.



## **CAPÍTULO V**

### **RESULTADOS**

---



## 5. RESULTADOS

Os excertos apresentados refletem as crenças, conhecimentos, vivências e experiências que mais se salientaram e que captam mais objetivamente os pontos de vista que se pretendem demonstrar, sem complexidade desnecessária, de forma a que a narrativa para além da escrita dos dados se torna uma argumentação interessante sobre o problema estudado.

### **5.1. Perceção dos Estudantes sobre a persecução dos objetivos do Desporto Escolar**

Os Estudantes reconhecem na prática do Desporto Escolar atributos e argumentos válidos que promovem e contribuem para a promoção de estilos de vida saudáveis. Acreditam que este contribui para o desenvolvimento de valores e princípios associados a uma cidadania ativa, bem como das potencialidades físicas e psicológicas, os quais contribuem para o desenvolvimento global dos jovens:

*“Contribui para melhorar todas as qualidades físicas, aumenta motivação para cumprir as tarefas escolares, tem uma forma de abordagem diferente, nomeadamente da disciplina de Educação Física, os seus conteúdos são motivadores, permite uma maior socialização, incentiva à prática das atividades físicas e desportivas. Promove hábitos de vida saudável e a melhoria das capacidades físicas e motoras, para além de todas as outras capacidades.”*

Os aspetos que mais se evidenciam com a prática do Desporto Escolar no desenvolvimento dos alunos, segundo eles, são o desenvolvimento das competências motoras, cognitivas, psicológicas e sociais:

*“Aumento massa muscular e das capacidades físicas (aspetos físicos); melhora o conhecimento da modalidade, quer em termos da técnica, da tática, do regulamento técnico e visão sobre a modalidade (aspetos cognitivos); permite melhorar a autoconfiança o*

*autocontrole e a autoestima, melhora o bem-estar, promove a perseverança, a satisfação e a felicidade, alivia o nervosismo e o stress (aspectos psicológicos); bem como, e essencialmente, pode promover a parte social da formação do aluno; promove ainda, o convívio e a interação dentro do grupo, novas amizades, novos relacionamentos, respeito pelos outros, solidariedade, tolerância e também fortalece o espírito de grupo (aspectos sociais).”*

Salienta-se, na generalidade das suas opiniões, e relativamente ao processo de desenvolvimento global do indivíduo, a importância da vertente social e moral promovida pelo projeto do Desporto Escolar:

*“Promove essencialmente o aspeto social da formação do aluno. Promove o convívio e a interação dentro do grupo, novas amizades, novos relacionamentos, respeito pelos outros, solidariedade, tolerância e também fortalece o espírito de grupo.”*

Os Estudantes destacam as potencialidades e os benefícios da prática do Desporto Escolar, reconhecendo, porém, que este possui características que o distingue das atividades promovidas pela disciplina de Educação Física:

*“Permite melhorar as capacidades técnicas e a visão da modalidade, melhora as capacidades físicas, promove o convívio e a interação com os meus colegas, permite melhorar a parte social da formação do indivíduo, bem como a parte psicológica (aspectos comportamentais), adquirem-se novos conhecimentos e permite também entrar em competições desportivas.”*

*“O Desporto escolar: é restrito apenas a uma modalidade, é de carácter facultativo, permite praticar a modalidade que cada aluno prefere, permite uma maior liberdade do aluno na execução das suas tarefas durante o treino, está sujeita a um quadro competitivo formal, não é alvo de avaliação sumativa, permite e promove a parte lúdica do desenvolvimento dos alunos e promove em especial os aspetos sociais do desenvolvimento do aluno.”*

Reconhecem qualidades ao projeto que lhe permite funcionar como alternativa aos outros sistemas desportivos, no entanto, e comparando-os, admitem, na sua maioria optar pelo Desporto Federado:

*“No clube podemos chegar a um patamar completamente diferente, com outra visibilidade, temos mais carga horária de prática, mais competições, com um nível mais elevado, existe mais rigor e disciplina e sobretudo pode proporcionar uma carreira profissional ligada ao desporto.”*

Apresentam os argumentos que tornam o Desporto Federado mais atrativo como sejam:

*“Melhor qualidade de jogo; pode atingir-se o profissionalismo; o objetivo é ganhar; é o meu sonho; fator competição é muito forte; carga horária de treino é muito elevada; mais rigor e disciplina; margem de progressão dos alunos (atletas) muito maior; os alunos (atletas) ficam mais aptos e mais bem preparados sobretudo a nível físico; pratica-se a modalidade com mais intensidade e com um nível competitivo mais elevado; têm mais tempo de aprendizagem, logo conhecem melhor a modalidade; criam rotinas e melhoram assim o nível da modalidade; utilizam métodos de treino mais adequados; grande pressão pela necessidade de vencer; elevado nível competitivo; organização mais complexa e com mais competições; mais exigente em termos físicos.*

E os motivos que influenciaram a sua participação no grupo do Desporto Escolar:

*“Satisfação e desenvolvimento pessoal; é grátis; vencer e divertir-se; socialização é um aspeto que sobressai e que tem mais relevo; espírito de grupo; não é tão exigente em termos físicos; o objetivo é também ganhar embora a pressão pela vitória não seja a mesma que no Desporto Federado; a formação é desenvolvida de uma forma*

*mais pedagógica e humana”*

Segundo eles, o Desporto Escolar pode promover atividades físicas e desportivas com e sem caráter competitivo a alunos em situações económicas mais desfavorecidas e em áreas geográficas onde as diversas modalidades desportivas possam escassear colmatando eventuais lacunas que outras entidades promotoras de atividades físicas e desportivas não conseguem preencher:

*“Além de ser gratuito, permite-nos praticar modalidades desportivas diferentes daquelas que existem na nossa região, não é o caso da nossa escola, pois os grupos equipa existentes são de futsal que é uma modalidade muito divulgada nesta região”;*

Os Estudantes referiram-se ao Desporto Escolar enquanto uma possibilidade para melhorar a qualidade de vida, diminuir riscos de doença, nomeadamente cardiovasculares, e, ainda, promover efeitos benéficos na saúde mental.:

*“Incentiva à pratica das atividades físicas e desportivas e promove hábitos de vida saudável, promove o aumento das capacidades físicas e motoras para além de todas as outras capacidades, melhora a autoconfiança o autocontrole e a autoestima, melhora o bem-estar, promove a satisfação e a felicidade, alivia o nervosismo e o stress.”*

Apresentam como argumento de eleição, ou como mais-valia, o contributo do projeto do Desporto Escolar para a obtenção do sucesso escolar:

*“É benéfico, pois ajuda a promover as qualidades necessários para o equilíbrio emocional, o que interfere com a motivação para o estudo. Desde a responsabilidade individual, atenção, capacidade de concentração, criatividade, motivação até à clama bem-estar, descompressão, etc. São tudo qualidades que o pratica do Desporto Escolar pode proporcionar.”*

Relativamente à importância da envolvimento da formação integral promovida pelo sistema educativo, nomeadamente da Educação Física e do Desporto Escolar, na formação de “mais e melhores” praticantes, as opiniões são consensuais. Os estudantes reconhecem-lhe a devida importância e apresentam alguns atributos que acreditam valorizar a formação desenvolvida pelo Desporto Escolar:

*“Desenvolvimento pessoal, Socialização, Espírito de grupo, fato de ser gratuito e a formação é desenvolvida de uma forma mais pedagógica e humana.”*

São unânimes na opinião de reconhecer ao Desporto Escolar a oportunidade e capacidade de promoção de modalidades desportivas nas escolas, bem como do aumento da variedade na oferta. Realçam a necessidade de garantir a igualdade de oportunidades na prática das atividades físicas e desportivas relativamente à questão do género, assim como na valorização das competências desportivas das mulheres:

*“As atividades desportivas são abertas a toda a comunidade escolar, as oportunidades são as mesmas, o grau de motivação das meninas é que parece ser menor.”*

*“Admiro sim, não faço distinções de género, os direitos são iguais, por vezes até valorizo mais, admiro todas as prestações desde que sejam de qualidade”.*

*“Claro que sim, é de realçar todas as prestações de qualidade, não deve haver distinções de género”.*

### **5.2. Perceção dos Encarregados de Educação sobre a persecução dos objetivos do Desporto Escolar**

As opiniões apresentadas pelo Encarregados de Educação, na sua generalidade, alinham-se pelos objetivos apontados pelo Ministério da Educação no Programa de Desporto Escolar. Acreditam e reconhecem a sua importância, na promoção de estilos de vida saudável, na prevenção de doenças

(nomeadamente, a obesidade e as doenças cardiovasculares) e no combate ao sedentarismo provocado pela excessiva utilização das novas tecnologias:

*“Sim é importante e contribui para o desenvolvimento, formação e educação dos alunos nomeadamente no que diz respeito à aquisição de hábitos indispensáveis a uma vida saudável futura, prevenção de doenças quer de índole fisiológica quer psicológica e para o bem-estar social.”*

Demonstram natural preocupação com o desenvolvimento global dos seus educandos, reconhecendo no projeto do Desporto Escolar competências que lhes permitem desenvolver valores e princípios de cidadania associados, preparando os jovens para o papel de cidadãos ativos na sociedade atual e capacidades de promoção das suas potencialidades físicas e psicológicas. Para além disso, consideram que o Desporto Escolar pode funcionar como um espaço privilegiado para fomentar hábitos saudáveis, competências sociais e valores morais:

*“Contribui para o desenvolvimento físico, para a manutenção ou melhoria da aptidão física e pode em muitos casos ser uma das poucas oportunidades de praticar atividades físicas. Pode contribuir também para o melhoramento da sua técnica individual - Aspectos Físicos.”*

*“Aprende sempre algo, nomeadamente nos aspetos que estão diretamente relacionados com a modalidade que praticam (Regulamento técnico da modalidade, aspetos táticos da modalidade) e podem inclusivamente tirar “lições” importantes para sua vida futura - Aspectos Cognitivos.”*

*“Contribui para o seu bem-estar, diverte-se, faz aquilo de que gosta, satisfação e controlo do seu equilíbrio emocional, aumenta a autoestima e autocontrolo e conhecer-se a si próprio - Aspectos Psicológicos.”*

*“É talvez de entre todos os aspetos o mais relevante pois vai*

*promover: relacionamento com outros colegas, vivenciar novas experiências, permitir uma melhor Integração no grupo, convívio com outros alunos e fazer novas amizades. Resumidamente vai promover a sua socialização - Aspectos Sociais.”*

Embora reconheçam a importância do projeto, apontam críticas associadas ao seu desenvolvimento, nomeadamente às linhas gerais de gestão e orientação tomadas pela tutela:

*“A importância que o sistema educativo lhe reconhece não é suficiente por vários aspetos: falta de condições de trabalho e/ou condições precárias, falta de instalações ou instalações degradadas e desadequadas, apoios financeiros muito reduzidos, políticas governamentais desconcertadas sem benefício nenhum para a comunidade escolar, inclusivamente a importância que os próprios Encarregados de Educação lhe atribuem.”*

Nem todos os representantes do grupo dos Encarregados de Educação vêm o Desporto Escolar como alternativa aos outros sistemas desportivos existentes, embora acreditem na sua qualidade e credibilidade. As suas discordâncias situam-se sobretudo ao nível das condições que são dadas para o desenvolvimento do referido projeto e à reduzida visibilidade do mesmo:

*“O Desporto Federado tem como objetivo fundamental a procura de resultados, numa forma intensiva, contínua e sistemática o que muitas das vezes se revela negativo, tem ainda a capacidade de funcionar como potencial trampolim na carreira dos indivíduos mais dotados.”*

*“O clube tem outro tipo de condições, pode proporcionar uma carreira profissional ligada à modalidade que pratica, tem mais visibilidade e é mais fácil aos Encarregados de Educação acompanhar os seus educandos pois as competições são ao fim de semana.”*

No entanto, reconhecem-lhe potencialidades na capacidade de promoção das atividades físicas e desportivas, com e sem caráter competitivo, a alunos em situações económicas mais desfavorecidas e em áreas geográficas

onde as diversas modalidades desportivas possam escassear.:

*“Para aqueles alunos cujas possibilidades financeiras ou de disponibilidade não permitam outras opções o Desporto Escolar é uma alternativa, bem como no caso de modalidades desportivas pouco vulgares e que não são divulgadas por estas zonas”*

Concordam com os benefícios da sua prática e na sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida, nos jovens e na adolescência. A este nível, destacam o papel do Desporto Escolar na promoção da saúde mental, incluindo melhores estados de humor. A correlação entre prática do Desporto Escolar e aumento do sucesso e do rendimento escolar é notada em todos os registos de opinião dos representantes dos Encarregados de Educação:

*“Todas as atividades físicas bem como o Desporto Escolar beneficiam ou pelo menos influenciam positivamente o rendimento e, por conseguinte, o sucesso escolar. Permitem libertar o aluno do desgaste provocado pela carga horária do seu currículo académico, promovem o bem-estar, a autoestima e autoconfiança, faz bem à sua saúde e ainda contribuem para a promoção das qualidades necessárias ao sucesso escolar, como sejam: capacidade de concentração, motivação, atenção autocontrolo, etc. Se o aluno tiver estas qualidades bem desenvolvidas, os resultados académicos vão ser muito melhores.”*

Reconhecem ao Desporto Escolar um papel importante na formação do aluno, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento da dimensão psicológica, emocional e social do mesmo. Apontam como constrangimentos o fato de ter pouca visibilidade e a vertente competitiva ser muito reduzida:

*“O Desporto Escolar tem um papel formativo de carácter mais pedagógico, psicológico e social no desenvolvimento do aluno promovendo o equilíbrio emocional do mesmo, não tem a mesma visibilidade e a parte competitiva é muito reduzida.”*

Relativamente à importância da envolvimento da formação integral

promovida pelo sistema educativo, nomeadamente da Educação Física e do Desporto Escolar, na formação de “mais e melhores” praticantes, as opiniões dos representantes dos Encarregados de Educação revelaram-se concordantes e consensuais. Segundo eles, o projeto direciona-se no sentido da promoção e aumento da oferta de modalidades desportivas nas escolas, bem como da valorização das competências desportivas das mulheres, preocupando-se em garantir igualdade de oportunidades. Porém, têm a noção de que na realidade isso pode não acontecer. Fatores de várias ordens podem contribuir para essa situação, nomeadamente de ordem cultural:

*“O Desporto Escolar feminino existe e é uma realidade, mas, na generalidade o número de participações femininas é mais reduzido. A perda da motivação com o aumentar da idade é um facto que pode explicar esta situação.”*

### **5.3. Perceção dos Órgãos de Gestão sobre a persecução dos objetivos do Desporto Escolar**

As opiniões do grupo representante dos Órgãos de Gestão, embora concordantes, revelam preocupações mais de cariz organizacional e de gestão financeira nunca descorando, como é obvio, a vertente de formação integral dos alunos. Manifestam de uma forma eloquente a ideia de que a prática do Desporto Escolar contribui para a promoção de estilos de vida saudáveis, de valores e princípios associados a uma cidadania ativa. Especificamente, valorizam a responsabilidade que o Desporto Escolar possui em desenvolver e promover potencialidades físicas e psicológicas, que contribuem para o desenvolvimento global dos jovens, sendo um espaço privilegiado para fomentar competências sociais e valores morais:

*“Sim, é um aspeto fundamental da formação do indivíduo sobretudo na parte física para além dos aspetos social, psicológico e cognitivo, é uma mais-valia, contribui para o mesmo fim, que a Educação Física, com outra estrutura na sua forma de abordagem e que permite outras vivências. É um fator de atração pelo agrupamento e*

*de captação de alunos.”*

Defendem a qualidade e credibilidade do projeto apontando-o como alternativa, ou mesmo complemento, aos outros sistemas desportivos. Reforçam a ideia da sua importância na capacidade de promover atividades físicas e desportivas com e sem caráter competitivo a alunos em situações económicas mais desfavorecidas e em áreas geográficas onde as diversas modalidades desportivas possam escassear. Referem, ainda, a capacidade de promover e complementar as vertentes que o Desporto Federado muitas das vezes não consegue colmatar, nomeadamente no que diz respeito aos aspetos sociais e emocionais.

*“Alternativa ou complemento, Desporto Escolar com o seu cariz mais social, pode inclusivamente colmatar algumas lacunas no caso da oferta, aos outros sistemas desportivos com uma vertente mais competitiva. Alunos com dificuldades financeiras que possam não ter acesso a outras instituições desportivas podem frequentar o Desporto Escolar e adquirir competências que o possam catapultar para uma carreira, caso não consiga tem pelo menos um percurso alternativo.”*

Deve, segundo eles, ser uma prioridade nas linhas estratégicas do processo de ensino, e se possível, existir um reforço na aposta do respetivo projeto:

*“Sim, a instituição escola tem como objetivos formar alunos com qualidade e o Desporto Escolar não foge à regra. Deve apostar-se ainda mais no Desporto Escolar, com mais núcleos e maior dinamismo.”*

A preocupação com o sucesso escolar é notória nas suas opiniões. Consideram que os bons alunos continuarão a ser bons alunos, com ou sem Desporto Escolar, no entanto, reconhecem os efeitos benéficos na saúde mental, incluindo a qualidade de vida e melhores estados de humor decorrentes da sua prática.

Reconhecem, porém, a necessidade de aumentar a visibilidade das atividades que se desenvolvem no âmbito do núcleo de Desporto Escolar no sentido de o promover e de o dar a conhecer, quer ao meio envolvente, quer à população em geral, possibilitando a captação de mais alunos:

*“a qualidade duma escola vê-se pelo seu todo e não apenas pelos meros resultados académicos. Quando os resultados do desenvolvimento dos vários projetos da escola se salienta pela positiva os alunos têm-na como referência e o Desporto Escolar não foge à regra.”*

*“A imagem do Desporto Escolar e das atividades que ele desenvolve na nossa escola é muito positiva, mas deve ser ainda mais publicitada e divulgada. A visibilidade do projeto é fundamental para o seu sucesso e para a captação de mais alunos.”*

Salientam a capacidade que o projeto tem em proporcionar uma gama mais vasta de opções para a prática das atividades físicas, (aumentando o leque de escolha dos alunos), de suprir lacunas em casos de manifesta insuficiência, em áreas geográficas onde muitas das modalidades desportivas são pura e simplesmente desconhecidas ou pouco divulgadas, e ainda de, acompanhar a dinâmica da “cultura desportiva local” fortalecendo a tradição relativamente às modalidades desportivas implantadas nessa área geográfica:

*“pode suprir lacunas em casos onde a oferta seja realmente diminuta, mas a sua função principal na será propriamente essa. Deve haver um equilíbrio entre a oferta daquilo que normalmente existe (tradição) e novas ofertas com modalidades novas. Não propor sempre o mesmo nem apresentar só e sempre modalidades novas.”*

Identificam no Desporto Escolar, argumentos suficientemente fortes capazes de o tornar fundamental dentro dum processo bilateral, no qual a pessoa com necessidades educativas especiais e a restante comunidade escolar, procuram, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos, bem como de fomentar um modelo social da deficiência alicerçado em princípios como: aceitação e superação das

diferenças sociais; valorização de cada pessoa (o direito de pertencer); convivência dentro da diversidade humana, ou seja, igual importância às minorias; aprendizagem através da cooperação (solidariedade humanitária) e uma cidadania com qualidade de vida.

Neste sentido, consideram que, sendo o Desporto Escolar uma ferramenta importante na questão da inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, devem ser acauteladas as dificuldades da operacionalização do projeto, nomeadamente as que diretamente dizem respeito ao nível de especialização dos recursos humanos de que dispõe, ao tipo de apoio financeiro, à qualidade das infraestruturas e ao grau de deficiência dos alunos NEE:

*“O projeto do Desporto Escolar pode facilitar a integração e a inclusão dos alunos NEE. No entanto são necessários meios especializados (técnicos, logísticos, etc.) que exigem uma logística muito complexa o que torna muito difícil a sua execução. É necessário ter em conta também o nível de NEE que cada um desses alunos apresenta e em que grupos se podem enquadrar”.*

As opiniões obtidas neste grupo de participantes, apontam no sentido de melhorar a imagem do projeto, bem como da necessidade em melhorar a sua divulgação, tendo como finalidade alargar ainda mais o número de pessoas que possam conhecê-lo. Apontam, também, a necessidade de procurar o acréscimo constante da sua imagem/qualidade e consequente melhoria no nível de educação e formação académica. A imagem da qualidade de uma instituição escolar é também influenciada pelas atividades e projetos que desenvolve, como tal o Desporto Escolar não foge à regra. Se o desenvolvimento do projeto for de qualidade e os resultados obtidos de realce a instituição pode tornar-se uma referência para os alunos e seus responsáveis:

*“o Desporto Escolar, à semelhança de tudo o que se faz numa escola, faz parte da sua imagem, sendo que tudo o que se possa fazer de bem e com qualidade enriquece o sistema de ensino, logo, a instituição escola só tem a lucrar com Desporto Escolar. A*

*imagem da escola é fundamental para o seu próprio sucesso, logo melhor Desporto Escolar – melhor formação académica – melhor escola.”*

Entendem que para além de uma imagem de qualidade é fundamental investir-se na divulgação da mesma, por todos os meios e formas possíveis, numa forma persistente e assertiva. Assim as atividades desenvolvidas pelo projeto devem ser divulgadas e os resultados obtidos nas mesmas, tornados públicos, na medida em que se revela importante para toda a população escolar ter conhecimento dos eventos realizados, das classificações e resultados obtidos. Essa divulgação não deve circunscrever-se às atividades internas de cada escola, sendo importante dar a conhecer os eventos mais marcantes do projeto quer de nível nacional quer de nível local. Não deve ser uma divulgação isolada partindo de iniciativas particulares e individuais, mas sim, uma divulgação planeada, com apoio das entidades responsáveis e com recursos a todos os meios possíveis:

*“Divulgar sim, partindo dos órgãos centrais com todos os recursos disponíveis, nomeadamente internet, redes sociais, novas tecnologias, etc.”*

Reconhecem ao grupo de Educação Física em geral, e ao coordenador do Desporto Escolar em particular, responsabilidades acrescidas neste capítulo, a nível interno da instituição:

*“A nível interno de cada escola o grupo de Educação Física e nomeadamente o coordenador do Desporto Escolar têm um papel fundamental nesse sentido.”*

Revelam grande preocupação no sentido de reivindicar junto dos órgãos responsáveis pela tutela apoios a todos os níveis que permitam dotar o desenvolvimento do projeto do desporto escolar de infraestruturas e apetrechamento devidamente. Para rentabilizar ao máximo as infraestruturas sugerem o estabelecimento de parcerias com entidades patrocinadoras e a realização de protocolos com as entidades responsáveis, para aproveitamento das

infraestruturas já existentes de outros sistemas desportivos:

*“As infraestruturas e o apetrechamento são da responsabilidade das entidades do estado (Ministério da Educação, Autarquias e Juntas de Freguesia.)”*

Aceitam a ideia de que o conjunto das infraestruturas existentes é suficiente para as necessidades da população, contudo destacam o subaproveitamento das mesmas. Grande parte delas são utilizadas apenas durante algumas horas por dia, pelo que indicam que a sua utilização poderia ser rentabilizada se houvesse um planeamento estruturado e organizado por responsáveis de todas as instituições intervenientes onde fossem contemplados os interesses de todos os alunos e atletas interessados na sua utilização:

*“Em termos de infraestruturas a área geográfica do nosso agrupamento está bem-dotada. No entanto é necessário rentabilizar a sua utilização nomeadamente através de protocolos e de uma planificação eficaz.”*

No entanto apontam problemas recorrentes destas situações e a necessitar de resolução:

*“Os transportes são outro problema a questionar e tentar solucionar.”*

Por fim, entendem ser importante perspetivar o futuro do projeto com a necessidade de melhorar o sistema integrado de informação, bem como das condições de comunicação interna e externa do programa do Desporto Escolar, mas consideram muito razoáveis as condições já existentes, aproveitando as novas tecnologias, sobretudo a internet e as redes sociais:

*“Os meios existentes são suficientes, é uma questão de melhorar a sua eficácia e operacionalização.”*

#### **5.4. Perceção dos Professores de Educação Física sobre a persecução dos objetivos do Desporto Escolar**

Finalmente as opiniões do grupo dos Professores de Educação Física, naturalmente o grupo mais crítico, demonstram uma série de ideias que refletem os seus anseios, as suas dúvidas e frustrações como agentes diretos no processo de desenvolvimento do projeto. Sendo estes, protagonistas privilegiados no processo de ensino aprendizagem dos alunos e no desenvolvimento do projeto do Desporto Escolar, as suas opiniões revestem-se de especial importância, uma vez que são eles os agentes do terreno que põem em prática o processo e implementam todas as medidas para o seu normal funcionamento.

Acreditam no projeto e na capacidade que tem de promover estilos de vida saudáveis, de valores e princípios associados a uma cidadania ativa, bem como de desenvolver e de promover potencialidades físicas e psicológicas, que contribuem para o desenvolvimento global dos jovens:

*“A forma de vida dos alunos hoje em dia convida-os a uma vida sedentária e com ela todos os problemas de saúde a ela associados”*

É notória a preocupação que revelam com o desenvolvimento do projeto e a sua importância na melhoria da qualidade da educação, nos estabelecimentos de ensino em geral e neste agrupamento em particular:

*“Muitos dos alunos a única atividade física que exercem é na aula de Educação Física ou no Desporto Escolar. O Desporto Escolar é a base da pirâmide para o desenvolvimento físico motor e de preparação para o desporto na sua vertente competitiva. É a partir dele que criando condições efetivas se pode perspetivar desporto de alto rendimento com valor e mais expressão.”*

*“É um projeto, por excelência, de inclusão dos alunos na escola que promove a sua adaptação e o trabalho em grupo. Além de ser gratuita é uma atividade que muitas das vezes funciona como única oportunidade de os alunos praticarem uma modalidade desportiva*

*com carácter de competição. É orientado por profissionais competentes e de qualidade.”*

Consideram ser um espaço privilegiado para fomentar hábitos saudáveis, competências sociais e valores morais:

*“Promove valores morais como Fair-play, verdade desportiva, honra, coragem, etc. Contribui para a redução de problemas comportamentais que normalmente afetam as nossas escolas.”*

Reconhecem ao Desporto Escolar a capacidade de promover atividades físicas e desportivas com e sem caráter competitivo a alunos em situações económicas mais desfavorecidas e em áreas geográficas onde as diversas modalidades desportivas possam escassear, acreditam na sua qualidade e credibilidade, mas apresentam opiniões contrárias relativamente à capacidade do projeto se constituir como alternativa a outras instituições que promovem atividades físicas e desportivas. Assim, uns concordam:

*“Sim, sobretudo na vertente de formação, pois há uma preocupação acrescida pela individualidade do aluno e a vertente pedagógica é notoriamente mais vincada.”*

Outros, não concordam nem discordam:

*“Poderia ser caso fossem dadas condições, os pontos de partida e as metas atingir teriam de ser semelhantes bem como as ferramentas a utilizar.”*

E outros discordam, reconhecendo-lhe, no entanto, outros atributos positivos:

*“Não porque os objetivos são diferentes, os pontos de partida e as metas a atingir não são coincidentes, com condições adequadas talvez, alternativa não talvez complemento.”*

Apesar das discordâncias nas opiniões recolhidas salientam-se aspetos consensuais relevantes, capazes de influenciar a operacionalização do objetivo estratégico (aumentar as oportunidades de prática desportiva de qualidade):

*“Na generalidade não, muito pela ausência das condições de trabalho, infraestruturas e materiais necessárias, bem como dos recursos humanos disponíveis. Para que fosse possível aumentar as oportunidades de prática desportiva de qualidade era necessária uma aposta muito forte pelos órgãos de tutela.”*

Reconhecem a capacidade de melhoria da qualidade de vida com a prática do Desporto Escolar bem como a diminuição de riscos de doença, nomeadamente cardiovasculares, resultante da sedentarização provocada pelo incremento das novas tecnologias e da adoção de hábitos de vida pouco saudáveis. Reconhecem, também, os efeitos benéficos na saúde mental, incluindo a qualidade de vida e melhores estados de humor:

*“Efetivamente provar que o sucesso escolar aumenta com a prática do Desporto Escolar não é fácil, o bom aluno, à partida, continuará a ser bom aluno com ou sem prática do Desporto Escolar, no entanto esta atividade permite-lhe desenvolver aptidões que os predispõem para o estudo e para as atividades que se desenvolvem na escola o que só por si é extremamente positivo para alcançar o sucesso escolar. Em termos de sistema nervoso central é comprovado que a prática de atividade física induz melhorias na sua função, logo melhora a capacidade cognitiva e o rendimento escolar.”*

Relativamente à importância da envolvimento da formação integral promovida pelo sistema educativo, nomeadamente da Educação Física e do Desporto Escolar, na formação de “melhores” praticantes, as opiniões são consensuais:

*“O Desporto Escolar pode abranger todas as crianças de uma forma gratuita, pode suprir lacunas que o desporto Federado não cobre em termos de oferta, tem uma organização muito própria muito limitada em termos de recursos, e liderada por profissionais competentes, onde o processo de formação e educação é desenvolvido tendo em conta a individualidade - aluno - com preocupações bem vincadas em todos os aspetos principalmente na parte social e psicológica, e*

*onde os objetivos finais são muito mais abrangentes do que a obtenção de resultados e da necessidade de vencer.”*

Nas opiniões aferidas reconhecem que o Desporto Escolar pode representar uma ferramenta primordial para o rejuvenescimento da escola:

*“Os profissionais ligados ao Desporto Escolar têm necessidade de se manter informados e atualizados na área da modalidade que abordam, têm facilidade em trocar e partilhar novas experiências quer com os colegas da sua escola quer com outros colegas, os grupos de Desporto Escolar são formados por alunos com motivações idênticas, logo são mais homogêneos que propriamente as turmas onde se inserem, permitindo assim desenvolver um tipo de trabalho mais elaborado, com maior nível de progressão. A inovação e a experimentação de novas estratégias são por isso facilitadas, permite fazer transferes para outras modalidades e até para a aula de Educação Física o que origina a criatividade. Os resultados obtidos podem inclusivamente motivar quer os alunos quer os próprios professores no desempenho das suas tarefas dentro da escola o que só beneficia o processo de ensino/aprendizagem e por conseguinte a instituição escola sai sempre a ganhar.”*

O projeto do Desporto Escolar assume por isso um papel de relevo em aspetos fundamentais do processo de ensino aprendizagem dos alunos, nomeadamente, na sua integração e socialização, no aumento do interesse pela escola, no combate ao abandono escolar, e também no combate ao insucesso escolar.

Acreditam que o Desporto Escolar pode proporcionar uma visão mais ampla de alternativas de futuro para casos de alunos com desajustamentos vocacionais em relação ao sistema educativo:

*“É um fator de integração e inclusão, especialmente em escolas onde*

*os alunos revelam comportamentos problemáticos. Combate o abandono escolar, promove valores morais como Fair-play, verdade desportiva, honra, coragem, etc., promove o trabalho em grupo, o convívio e o companheirismo e contribui para a redução de problemas comportamentais que normalmente afetam as nossas escolas.”*

Relativamente ao objetivo proposto pelo Desporto Escolar de funcionar como instrumento facilitador da inclusão, as respostas apontam no sentido de perceber o Desporto Escolar como um processo bilateral no qual a pessoa com necessidades educativas especiais e a restante comunidade escolar, procuram, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos, bem como de fomentar um modelo social da deficiência alicerçado nos princípios de: aceitação e superação das diferenças sociais, valorização individual, convivência dentro da diversidade humana atribuindo igual importância às minorias, aprendizagem através da cooperação e cidadania com qualidade de vida:

*“A convivência no mesmo espaço, com tarefas semelhantes, entre os alunos ditos normais e os alunos com N. E. E., promove e dinamiza princípios éticos e morais de cidadania, onde se salientam os conceitos de solidariedade, valorização das competências individuais, aceitação superação das diferenças entre pessoas para além de combater o racismo, a xenofobia, a indiferença e a exploração do próximo.”*

Revelam uma crença clara e objetiva no valor e importância do projeto como fator determinante na inclusão de alunos N. E. E.:

*“O tipo de experiências que os alunos NEE irão vivenciar, quer com alunos normais, quer com outros alunos NEE, nos grupos equipa do Desporto Escolar, sejam eles grupos normais ou específicos para esses alunos, são fundamentais e de enorme importância para o processo de integração e sobretudo para a inclusão desses alunos.”*

Sentem a importância que as atividades promovidas pelo Desporto Escolar têm na imagem de qualidade e competência da escola, apontando aspetos relevantes relacionados com a necessidade de alargar ainda mais o número de pessoas que possam conhecer o projeto do Desporto Escolar:

*“O Desporto Escolar pode funcionar como polo de atração para muitos alunos interessados. Quando o projeto do Desporto Escolar apresenta resultados de realce, e se a comunidade escolar disso tiver conhecimento, as possibilidades de alargar o número de alunos no ano seguinte é consideravelmente maior, tal como quaisquer outros projetos.”*

Salientam ainda, a necessidade de procurar o acréscimo constante da imagem de qualidade do Desporto Escolar e consequente melhoria no nível de educação e formação académica.

*“O Desporto Escolar é uma mais-valia para a escola e deveria trabalhar nesse sentido. Uma escola de qualidade também se deve à qualidade dos seus projetos e não apenas à competência do seu corpo docente, uma escola que no seu historial apresente resultados de referência nos projetos que desenvolve divulga uma imagem que ajuda a motivar os alunos e pode ter influência na altura de optar pelo estabelecimento de ensino que pretendem frequentar.”*

Atribuem ao projeto do Desporto Escolar um papel de relevo pela capacidade que tem, em termos de valorização e formação profissional de cada um, nomeadamente aos profissionais da Educação Física, de poder contribuir para o aumento da qualidade dos métodos de ensino e das atividades desenvolvidas:

*“Os profissionais que realmente acreditam e gostam do projeto devem investir mais na sua formação. Ações de formação de qualidade para acrescentar algo mais a sua formação. O profissional de excelência não é aquele que executa bem aquilo que aprendeu, mas sim, aquele que está preocupado em executar cada vez melhor*

*a sua tarefa”*

Entendem porque razão, a formação dos agentes do Desporto Escolar deveria ser considerada, pela estrutura nacional, uma prioridade, o que na realidade não parece acontecer e concordam com a ideia de que o desenvolvimento de ações de formação em diversas modalidades deveria ser cada vez em maior número. Salientam a necessidade que a formação promovida pelo Desporto Escolar deve ter em procurar responder a um conjunto de necessidades profissionais e expectativas pessoais dos professores de Educação Física com mais assertividade:

*“O desenvolvimento do projeto do Desporto Escolar cria a necessidade dos professores a ele ligados, se manterem atualizados, devem, portanto, procurar formação e de qualidade. Nesta questão o Ministério da Educação deveria ser mais sensível, ter mais abertura ao diálogo com os professores e um papel de maior incentivo garantido ações de formação em quantidade e qualidade.”*

Concordam com as ideias do Gabinete do Desporto Escolar apresentadas no seu programa trianual, no sentido de dotar o desenvolvimento do projeto do Desporto Escolar de infraestruturas e apetrecha-lo devidamente através de parcerias com entidades patrocinadoras:

*“procurar requalificar todas as escolas que necessitem em termos de equipamentos desportivos através do apoio das entidades responsáveis (Ministério da Educação e Autarquias), de empresas interessadas e outras entidades.”*

Entendem ser necessário e prioritário aproveitar as infraestruturas já existentes de outros sistemas desportivos através de parcerias e protocolos, rentabilizando-as ao máximo:

*“Rentabilizar os equipamentos e infraestruturas existentes. As instalações que existem parecem ser suficientes, é uma questão de organização e gestão desses espaços.”*

*“Com ou sem protocolos, o que interessa é que seja fomentada uma*

*dinâmica comum de desenvolvimento desportivo de uma forma franca e apoiada por todas as entidades.”*

Relativamente à questão do sistema de informação e comunicação interno do projeto, entendem que, embora se deva perspetivar o seu futuro com a necessidade de melhorar o sistema integrado de informação, para além de procurar continuamente melhorar a comunicação interna e externa do programa do Desporto Escolar, as condições existentes e utilizadas são muito razoáveis. Sugerem aos responsáveis pelo projeto continuar a aproveitar as novas tecnologias, sobretudo a internet e as redes sociais.

*“Em termos de informação interna sistema de comunicação/informação do Desporto Escolar funciona bem e em tempo oportuno, no entanto esse funcionamento depende do responsável que é o coordenador, da sua forma de atuação e competência. Já em termos de informação para o exterior parece ser ainda insuficiente, o coordenador do Desporto Escolar continua a ser a chave deste processo”.*

*“É importante que toda a população tenha conhecimento do projeto, das várias etapas do seu desenvolvimento e do produto final ou seja, dos resultados obtidos. Devem para isso utilizar todos os canais disponíveis, nomeadamente: canais de comunicação social; redes sociais; novas tecnologias e internet; imprensa local e página da escola.”*

Consideram, também, importante:

*“Apostar na divulgação interna na escola pelos meios já anteriormente referidos (página da escola, informação direta professor-alunos, placards, cartazes, etc.), bem como na divulgação para o exterior com recurso às novas tecnologias, internet e redes sociais, imprensa e canais de comunicação social”.*

Inclusivamente sugerem:

*“Apresentar o produto do desenvolvimento do projeto em locais*

## 5. RESULTADOS

*diferenciados e fora do ambiente escolar em saraus e demonstrações, intercâmbios com outras instituições escolares fora do âmbito escolar, etc.”*



## **CAPÍTULO VI**

### **DISCUSSÃO**

---



## 6. DISCUSSÃO

O presente estudo procurou compreender as percepções dos estudantes, encarregados de educação, professores e órgãos de gestão de uma escola do Agrupamento de Escolas Coelho e Castro – Fiães acerca da persecução dos objetivos estratégicos delineados para o projeto do Desporto Escolar. Nas secções seguintes será, assim, apresentada a discussão referente aos resultados obtidos em cada um dos grupos supramencionados, os quais tentaremos compreender à luz da literatura existente sobre a temática em questão.

### 6.1. Perceção dos Estudantes

No que concerne à percepção dos Estudantes, todos concordam com as potencialidades que o Desporto Escolar tem de promover a melhoria da qualidade da educação, tal como a disciplina de Educação Física, contribuindo de uma forma decisiva para o desenvolvimento integral dos indivíduos. Este resultado vai ao encontro da informação documentada nos estudos de Gonçalves (2002) e Mota (2003), os quais referem os benefícios do envolvimento na prática do Desporto Escolar para o estudantes aos níveis físico (*“aumento massa muscular e das capacidades físicas”*), cognitivo (*“melhora o conhecimento da modalidade, quer em termos de técnica, tática, regulamento e visão da mesma”*), psicológico (*“melhora a autoconfiança o autocontrole e a autoestima, melhora o bem-estar, promove a satisfação e a felicidade, alivia o nervosismo e o stress”*) e social (*“promove essencialmente o aspeto social da formação do aluno, nomeadamente o convívio e a interação dentro do grupo, novas amizades, novos relacionamentos e também fortalece o espírito de grupo”*). No nosso estudo, a satisfação que os estudantes demonstraram sentir relativamente à sua participação no projeto do Desporto Escolar é clara, indicando de uma forma inequívoca vontade em continuar, enquanto lhes for possível, e caso seja viável, aumentar a carga horária do mesmo.

Os resultados apresentados realçam igualmente a ideia que os Estudantes vêm no Desporto Escolar uma oportunidade de promoção de prática desportiva de qualidade. Apontam como argumento principal da sua participação no núcleo do Desporto Escolar o gosto pela modalidade muito embora grande parte dos Estudantes a pratiquem em paralelo com o Desporto Federado nos clubes desta área geográfica. É notória a consciência dos mesmos em relação à projeção que cada uma das situações (Desporto Escolar vs Desporto Federado) lhes poderá facultar em termos de projeção futura, relativamente a uma possível carreira profissional ligada ao desporto. No entanto, são fieis à sua ligação ao projeto e não abdicam de nele participar. A este nível, a vertente social constata-se um fator de destaque ao revelar-se fundamental nas suas opções em frequentar o projeto do Desporto Escolar sobretudo porque *“no Desporto Escolar a vertente pedagógica é sem dúvida mais visível e a componente social tem muito mais relevo.”*

Relativamente à relação entre a participação no Desporto Escolar e os benefícios que a sua prática possa possuir no incremento do sucesso escolar, os resultados aferidos neste estudo apontam para a existência de uma relação positiva. Assim, os Estudantes consideram que a prática do Desporto Escolar os ajuda a ser melhores estudantes. Na generalidade os estudantes entrevistados apresentam um aproveitamento escolar que consideram de bom, grande parte deles conjugam os seus tempos livres para além do Desporto Escolar, com o Desporto Federado e outras atividades lúdicas e referem de uma forma clara os argumentos que sentem ser fundamentais nesta relação entre o Desporto Escolar e o sucesso escolar, *“É benéfico, pois ajuda a promover as qualidades necessários para o equilíbrio emocional, o que interfere com a motivação para o estudo. Desde a responsabilidade individual, atenção, capacidade de concentração, criatividade, motivação até à calma e o bem-estar pessoal”*. Estes resultados corroboram os resultados do estudo de Varelas (2010), onde se constatou que os atletas-alunos têm tempo para conciliar os estudos com a prática desportiva, apresentando assim, ainda uma maior capacidade de socialização”. A participação dos Estudantes no projeto, além de autorizada, é apoiada pelos seus encarregados de educação, segundo as suas declarações,

e em casos de mau aproveitamento escolar, parte deles, embora não concordem, aceitam que uma das sanções aplicadas como tentativa de resolução da situação, por parte dos seus encarregados de educação, seja o abandono do projeto, ainda que temporário.

Embora os Estudantes reconheçam as grandes diferenças entre a prática do Desporto Escolar e do Desporto Federado, nomeadamente ao nível da competitividade, do rigor e dos objetivos a atingir, apontam aspetos, nos quais o Desporto Escolar pode concorrer, ou até mesmo superar, o trabalho desenvolvido nos clubes do Desporto Federado relativamente à capacidade de formar mais e melhores praticantes, como sejam o desenvolvimento pessoal, o espírito de grupo e a socialização. Sendo o Desporto Federado uma variante do desenvolvimento da prática das atividades físicas desportivas inequivocamente *“mais exigente em termos físicos e mais disciplinado, grande pressão pela necessidade de vencer, elevado nível competitivo, ambição por uma carreira profissional, não gratuito, com uma organização mais complexa e com mais competições”*, não limita, na opinião dos Estudantes, a liberdade de optar por uma variante diferente, com preocupações mais vincadas nas componentes pedagógicas, sociais e afetivas, como é o Desporto Escolar.

No que concerne à capacidade que o projeto apresenta em garantir a igualdade de oportunidades entre géneros, apesar de todos os Estudantes entrevistados serem do sexo masculino, referem de uma forma clara e inequívoca que sim. Os respetivos admiram e reconhecem de uma forma unanime a participação e os resultados obtidos pelos seus pares, não evidenciam qualquer tipo de diferenças entre género e valorizam todas as prestações obtidas, independentemente de serem rapazes ou raparigas, sendo elas de qualidade e dignas de realce. Os resultados vão ao encontro do estudo de Viegas, Catalão, Ferreira e Boto (2009) onde sugere que os jovens se envolvem na prática regular do Desporto Escolar devido a motivos de cariz intrínseco, sendo as raparigas o grupo, que, apesar de possuírem as oportunidades, apresentam mais motivos para a não prática.

### 6.2. Perceção dos Encarregados de Educação

No que respeita à opinião dos Encarregados de Educação, é inequívoca a importância que os mesmos atribuem quer ao Desporto Escolar quer à Educação Física no processo de ensino aprendizagem enquanto argumento capaz de promover e melhorar a qualidade de educação e ensino. No entanto, apresentam uma série de aspetos relevantes aos quais não é dada a devida importância pelos órgãos de tutela, funcionando como constrangimentos e entraves ao desenvolvimento das atividades físicas na escola e por conseguinte à qualidade de educação e ensino. Estes constrangimentos têm a ver principalmente com as condições físicas dos estabelecimentos de ensino (*“falta de condições de trabalho e/ou condições precárias e falta de instalações ou instalações degradadas e desadequadas”*), bem como das políticas e apoios dados pelos órgãos responsáveis (*“apoios financeiros muito reduzidos, políticas governamentais desconcertadas sem benefício nenhum para a comunidade escolar”*). Em termos gerais têm consciência dos benefícios inerentes à prática do Desporto Escolar evidenciando, sobretudo, as vertentes social, psicológica e afetiva no desenvolvimento do indivíduo. Estes aspetos foram já evidenciados por Bento (1989) e Mota (2001) que consideram um projeto extremamente válido ao nível social, pelas várias razões já apontadas anteriormente, ao qual se deve dar maior visibilidade, investindo e apostando nele de forma mais efetiva.

No que diz respeito à capacidade do Desporto Escolar se apresentar como mais uma oportunidade de praticar atividade física e desportiva de qualidade, os Encarregados de Educação têm uma perspetiva de concordância, e, por isso mesmo, autorizam a participação dos seus educandos respeitando as suas preferências e opções. No entanto, reconhecem que em termos competitivos esta opção é muito redutora. Para eles, o Desporto Federado continua a ser uma opção mais acertada, embora onerosa, no entanto, respeitam as opções dos seus educandos quando estes optam pelo Desporto Escolar. Porém, em situação de escolha e tendo possibilidades para o fazer, os clubes federados seriam a primeira prioridade. Poderá parecer contraditório com os argumentos por eles apresentados sobre os benefícios da prática do Desporto Escolar, mas a preocupação com uma possível carreira desportiva alicerçada no Desporto

Federado, com a projeção que o mesmo poderá proporcionar, continua a ser mais forte e a falar mais alto.

Relativamente à capacidade da prática do Desporto Escolar contribuir para o incremento do sucesso escolar as suas opiniões alinham pela positiva, sempre salvaguardando a capacidade que os estudantes devem possuir em conciliar os dois mundos (frequência escolar e prática desportiva). Este resultado vai ao encontro do estudo de Varela (2010) no qual refere que os familiares incentivam os atletas-alunos à prática desportiva, não colocando qualquer oposição à participação nos treinos e competições em época de avaliações, desde que estes saibam conjugar a escola e a prática desportiva. No entanto, quando os resultados escolares obtidos não são os melhores e o aproveitamento escolar se revela menos satisfatório, as opiniões são mais controversas e não alinham na sua totalidade com o mesmo estudo de Varela (2010), no qual refere que quando o atleta-aluno obtém um aproveitamento menos satisfatório, tal não é fator impeditivo à participação nas atividades de Desporto Escolar. No nosso estudo os Encarregados de Educação apresentaram formas de ação divergentes. Enquanto que uns concordam com as ideias apresentadas no estudo atrás referido, outros não descartam a hipótese de retirar os seus educandos destas atividades, não como sanção, mas como “estratégia de remediação”. Este parece ser o ponto de maior divergência nas opiniões dos Encarregados de Educação, o que embora parece algo desajustado, não deixa de ser legítimo pois está em jogo o futuro dos estudantes. Parece-nos importante realçar que este trabalho poderá ter nestas situações um contributo positivo, no sentido de esclarecer dúvidas e desmontar mitos que possam afligir ou aumentar as preocupações dos Encarregados de Educação ou mesmo de qualquer indivíduo da comunidade escolar.

No que concerne ao potencial do Desporto Escolar para formar mais e melhores praticantes, as expectativas apresentadas pelos Encarregados de Educação são mais modestas, uma vez que apesar de reconhecerem potencial ao projeto, o Desporto Federado continua a ser a primeira opção a este nível. Das perceções dos Encarregados de Educação consegue-se compreender que muita coisa teria de ser mudada para que o Desporto Escolar se revelasse como

uma verdadeira alternativa aos clubes. A este nível, os constrangimentos existentes e a pouca visibilidade não lhe permitem concorrer com o Desporto Federado, exceto naqueles casos em que os Encarregados de Educação não têm possibilidades, nomeadamente económicas, e obrigatoriamente têm que optar pelo Desporto Escolar enquanto oportunidade de prática desportiva para os seus filhos. Reconhecem-no como efetiva mais valia nos aspetos psicológico e social (*“O Desporto Escolar tem um caracter mais formativo, pedagógico, psicológico e social no desenvolvimento do aluno promovendo o equilíbrio emocional do mesmo”*), mas a pouca visibilidade e as lacunas na vertente competitiva são fatores negativos quando comparado com o Desporto Federado. Encaram, porém, o Desporto Escolar como um potencial trampolim na carreira dos indivíduos mais dotados.

Em relação à capacidade do projeto garantir a igualdade de oportunidades, as suas declarações revelam algum desconhecimento da realidade, nomeadamente na questão dos grupos-equipa existentes nas várias escolas circundantes e até mesmo neste estabelecimento de ensino. Os Encarregados de Educação demonstraram um conhecimento muito reduzido acerca das atividades desportivas promovidas pelo projeto do Desporto Escolar no agrupamento de escolas em questão, no entanto creem que as oportunidades dadas aos estudantes são as mesmas independentemente do sexo, cor ou raça. Foram unânimes em referir que se os seus educandos fossem do sexo feminino não punham entraves à sua participação no projeto, muito pelo contrário, incentivavam-nas ainda mais. No entanto, reconhecem que a motivação das meninas, no geral, e com o aumentar da idade, tem tendência a baixar, tal como Viegas, Catalão, Ferreira e Boto (2009) sugerem no seu trabalho.

### **6.3. Perceção dos Órgãos de Gestão**

No que concerne à perceção dos elementos representantes dos Órgãos de Gestão sobre o projeto do Desporto Escolar estes revelam que, tal como a Educação Física, este possui um potencial relevante e fornece um contributo importante para a comunidade escolar em questão. Destacam que o Desporto

Escolar funciona como uma mais valia no contexto educativo permitindo outro tipo de vivências aos alunos na área das atividades físicas, algo constatado na bibliografia encontrada sobre a temática (Pinto, 1995; Bento, 1989; Mota, 2003). Tal como os restantes grupos entrevistados, evidenciam os principais aspetos que o Desporto Escolar pode promover, salientando, sobretudo, a parte social, onde no seu entender o projeto pode funcionar como área primordial para o trabalho das competências emocionais dos estudantes. Acreditam que a aposta no projeto deve continuar, se possível mais reforçada, isto porque, inclusivamente o projeto poderá funcionar como um fator de atração pelo agrupamento e de captação de alunos.

Curiosamente, não interpretam o Desporto Escolar com alternativa aos outros sistemas promotores de atividades físicas e desportivas, mas, sim, como complemento visto que pode colmatar lacunas existentes no caso da oferta desportiva na área geográfica, nos casos de alunos com dificuldades financeiras, bem como as lacunas que dizem respeito à parte de formação integral dos alunos. O Desporto Escolar, embora compreenda a competição, tem como principais funções contribuir para a Formação e Educação integral dos alunos, devendo, por isso, apresentar-se como um projeto capaz de proporcionar oportunidades de prática desportiva de qualidade, argumento que os faz acreditar que a aposta no Desporto Escolar deva ser muito mais forte e efetiva.

No que se refere à capacidade do Desporto Escolar promover o aumento do sucesso escolar, os respetivos agentes acreditam que, sendo o ambiente envolvente ao desenvolvimento do projeto propício à promoção do bem-estar, à valorização pessoal e ao fomento da capacidade crítica, os alunos nele participantes tendem a ser organizados, sabem gerir o seu tempo, são proactivos, críticos, curiosos, ou seja, têm bem desenvolvidas todas as suas competências, nomeadamente na parte social, estando, por isso, criadas as condições necessárias para o sucesso escolar. Salientam, ainda, o fato do Desporto Escolar não estar vinculado a uma avaliação formal, o que retira qualquer tipo de pressão sobre o estudo académico, criando, assim, condições para o caso dos alunos problemáticos puderam fortalecer laços motivacionais com a entidade escola, favorecendo-lhes a plena integração na comunidade

escolar. Estas opiniões alinham com a bibliografia existente sobre a temática, a qual sugere que a participação em programas de atividade física produz efeitos positivos sobre o desenvolvimento cognitivo, sobre a memória, estimula a neurogênese e melhora a saúde mental e cerebral dos alunos (Freire, 2010; Rogers, Meyer e Mortel, 1990; Hilman et. al, 2005; Buck et al, 2008; Hallal, Vuctoria, Azevedo e Wells, 2006).

No que se refere à capacidade de aumentar a visibilidade das boas práticas promovidas pelo projeto, respondem inequivocamente que o Desporto Escolar é um projeto com potencialidade para a promoção da imagem da escola. No entanto, consideram que este é um ponto onde se pode apostar muito mais, uma vez que sentem que aquilo que é feito pela escola no âmbito do projeto não tem a projeção desejada para o exterior. Criticam, porém, a atitude apática demonstrada pela comunidade escolar em geral, a qual está alheia aos eventos que lá se realizam. Só os encarregados de educação mais interessados, bem como a Associação de Pais, demonstram algum interesse pelas atividades realizadas. A este nível, o Grupo de Educação Física e o coordenador do Desporto Escolar parecem ser peças fulcrais para a promoção do projeto, pois devem, em conjunto com os Órgãos de Gestão da escola, divulgar por todos os meios possíveis as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos em cada um dos eventos. Sabendo que a comunidade escolar se mantém um pouco arredada daquilo que se passa na escola e das atividades que lá se desenvolvem, é necessário um esforço acrescido no sentido de informar, e incentivar à participação mais efetiva e motivada da população. Para isso é necessário recorrer a todos os meios disponíveis e ao alcance da escola, salientando-se as redes sociais, a comunicação verbal direta entre os diretores de turma e encarregados de educação, o jornal da escola e todos os outros canais informativos existentes. Internamente, o Desporto Escolar dispõe de um sistema de informação e comunicação suficientemente capaz e com um funcionamento adequado, fornecendo todas as informações necessárias em tempo útil de uma forma expedita, o que está em sintonia com outro dos seus objetivos estratégicos delineados, nomeadamente a necessidade de implementar um sistema de informação e comunicação eficaz.

Relativamente à possibilidade do Desporto Escolar poder funcionar como dinamizador da prática de atividades físicas e desportivas menos divulgadas e suprir lacunas por manifesta insuficiência noutras instituições desportivas, os Órgãos de Gestão em estudo entendem que esta é uma questão que se verifica, muito embora não seja essa a sua principal função. Consideram que a escolha das modalidades e das atividades a desenvolver deve ser feita tendo em conta a opinião dos professores de Educação Física e, sobretudo, as opções e anseios da maioria dos alunos interessados em participar. Sugerem, porém, que não se deve descuidar o equilíbrio entre a oferta daquilo que normalmente existe (tradição) e a oferta de modalidades novas, no sentido de inovar e de manter o projeto do Desporto Escolar vivo e aliciante.

No que se refere à capacidade do Desporto Escolar se constituir num contexto promotor da inclusão social, as suas opiniões são unânimes e concordantes, na medida em que consideram o projeto enquanto contexto por excelência para desenvolver e promover este valor social. Esta perceção vai ao encontro do estudo de Palmeira & Lima (2011) onde referem que o papel fundamental da formação e instrução nas nossas escolas, onde se inclui o projeto do Desporto Escolar, se constata uma mais valia para uma melhor perspetiva na decorrência da inclusão social, As dificuldades da sua operacionalização surgem ao nível da especialização dos recursos humanos de que se dispõe, dos apoios financeiros, das infraestruturas existentes e do grau de necessidade educativa especial dos alunos, aspetos também realçados no trabalho de Palmeira & Lima (2011) atrás referenciado.

No que concerne à possibilidade do projeto do Desporto Escolar ter capacidade de potenciar projetos estruturantes em parcerias, os Órgãos de Gestão destacam a dificuldade na sua concretização uma vez que este se encontra sobre a alçada do Ministério da Educação, não tendo, por isso, a veicidade de funcionar autonomamente. A este nível, consideram que o Estado deve assegurar o seu normal funcionamento com a ajuda das Autarquias e das Juntas de Freguesia, nomeadamente no planeamento e gestão das infraestruturas existentes ou na construção de novas instalações. Destacaram que, no que se refere às infraestruturas, estas se revelam excedentárias, porém

encontram-se numa situação de subaproveitamento, sendo utilizadas apenas durante algumas horas diárias e por uma faixa muito reduzida da população. Relativamente aos apoios ao projeto, os Órgãos de Gestão indicaram que o Ministério deve continuar a assumir todas as despesas do mesmo, pois é da sua competência e responsabilidade. Já no que diz respeito a possíveis parcerias e protocolos, são estratégias que bem aproveitadas podem ser fundamentais e extremamente benéficas para ambas as partes envolvidas, sejam elas empresas, instituições ou qualquer outro tipo de entidades. Na ausência de estudos empíricos que nos permitam corroborar, ou não, estas questões, importa desenvolver mais estudos que possam informar e potenciar o projeto do Desporto Escolar a este nível.

### **6.4. Perceção dos Professores de Educação Física**

No que respeita à capacidade do projeto de Desporto Escolar promover e poder melhorar a qualidade da educação, os Professores de Educação Física foram unânimes em referir que o Desporto Escolar se constata como uma atividade de complemento curricular, voluntária, que permite aos alunos a prática de atividades desportivas, em ambiente educativo, podendo-se configurar como a principal possibilidade para a maioria dos nossos jovens poderem participar em quadros competitivos de forma regular. Destacam, ainda, a janela de oportunidade que este projeto oferece para que os nossos jovens possam aceder aos valores educativos do desporto. Consideram, portanto, que se trata de um projeto importante para a comunidade educativa, a par de todas as atividades desportivas desenvolvidas e planeadas no Plano Anual de Atividades no âmbito da disciplina de Educação Física e do Desporto Escolar, o que realça o quão importante para estes agentes é a prática das atividades físicas e desportivas, sejam elas quais forem, em ambiente escolar.

Pese embora a importância atribuída às atividades físicas e desportivas, os Professores apontaram alguns entraves e constrangimentos de carácter mais geral, nomeadamente os aspetos relacionados com a carga horária da disciplina de Educação Física, os tempos livres disponíveis para o desenvolvimento das

atividades físicas extracurriculares, a importância da valorização do processo de avaliação da Educação Física, entre outros. No entanto, continuam a apostar com toda a convicção no projeto, avançando com sugestões muito pertinentes para que haja, no entender deles, um salto qualitativo ainda maior, como sejam, um maior apoio financeiro, a padronização dos tempos de prática comuns a todas as escolas facilitando as competições e concentrações intra e interescolares, o aumento do quadro de competições e/ou concentrações, etc.

No que concerne à capacidade do Desporto Escolar, permitir aumentar as oportunidades de prática desportiva de qualidade, a opinião dos Professores diverge, não por ser uma missão impossível, mas porque as condições fornecidas de forma alguma o permitem. De facto, os Professores concordam que uma das missões do Desporto Escolar passa por proporcionar a todos os estudantes experiências desportivas relevantes e significativas, de modo a que se criem condições para aperfeiçoar competências desportivas e promover um desenvolvimento desportivo a longo-prazo benéfico. No entanto, são perentórios a afirmarem que “sem ovos não se conseguem fazer omeletes”. À semelhança de outros países, nomeadamente os E. U. A. e grande parte dos países europeus, o Desporto Escolar para procurar atingir essa finalidade teria de ser encarado de forma totalmente diferente pelo Ministério da Educação. Os Professores são da opinião que o sucesso do projeto estará dependente, em certa parte, da divulgação do projeto, algo que consideram não estar a funcionar devidamente. A divulgação obriga à necessidade de implementação dum sistema de informação e comunicação inerente ao projeto, sistema esse que em termos internos tem funcionado muito positivamente, mas tem-se revelado insuficiente no que diz respeito à informação que é transmitida para fora da realidade escolar. Os Professores destacaram que a aposta no Desporto Escolar passa muito pela divulgação que se possa realizar nas redes sociais, nos órgãos de comunicação social e em todos os canais disponíveis a serem utilizados. A apresentação do produto torna-se, portanto, um elemento fundamental para o sucesso do projeto.

No que concerne à capacidade do projeto, promover o aumento do sucesso escolar, os Professores de Educação Física, como não poderia deixar de ser,

sublinham de forma muito vincada o potencial que o projeto em si alberga. Todas as atividades físicas desenvolvidas na escola visam promover e melhorar as competências psicológicas, sociais e afetivas dos estudantes, competências estas fundamentais no processo de ensino/aprendizagem e na obtenção do sucesso escolar. Este resultado vai ao encontro do estudo de Freire (2010), o qual destaca a opinião positiva dos professores sobre este assunto.

Relativamente ao potencial que o projeto do Desporto Escolar pode apresentar no sentido da melhoria dos métodos de ensino aprendizagem dos Professores de Educação Física, consideraram que o Desporto Escolar e Educação Física são realidades diferentes, sem dúvida, mas trabalham conteúdos que podem ser comuns, inclusivamente em contextos semelhantes, pelo que a inovação e a experimentação de novas estratégias permitem fazer transferes para aula de Educação Física, o que origina a criatividade, potenciando e promovendo a melhoria dos métodos de ensino aprendizagem. Estas perceções encontram-se em linha com o pensamento de Bento (1998), onde realça que o desporto é um meio primordial de renovar a educação, de lhe emprestar uma cara de festa e convivialidade. A opinião dos Professores aponta, também, na direção do estudo empírico de Campos (2012), onde sugere que o ensino e treino do Desporto Escolar é um processo predominantemente pedagógico e, portanto, é também um desafio para a Educação Física.

Relativamente à possibilidade que o projeto apresenta em facilitar a inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais na escola, é unanime a opinião dos Professores que não só é importante como fundamental. Tendo em conta as grandes afinidades entre Desporto Escolar e Educação Física, podemos sugerir, tal como Rodrigues (2003), que a Educação Física e por inerência o Desporto Escolar, apresentam três grandes razões pelas quais pode ser um adjuvante para a construção da educação inclusiva. Em primeiro lugar, nas aulas de Educação Física os conteúdos lecionados apresentam um grau de determinação e rigidez menor do que os das outras disciplinas. O professor de Educação Física dispõe de uma maior liberdade para organizar os conteúdos para que os alunos vivenciem e aprendam nas suas aulas. Este menor determinismo de conteúdos é comumente julgado como positivo face a

alunos que têm dificuldades em corresponder a solicitações muito rígidas. Assim, a Educação Física é uma área curricular mais facilmente inclusiva devido à flexibilidade inerente aos seus conteúdos o que conduz a uma maior facilidade de diferenciação curricular. Em segundo lugar, os Professores de Educação Física são vistos como profissionais que desenvolvem atitudes mais positivas face aos alunos, comparativamente com os restantes professores. Talvez devido aos aspetos fortemente expressivos da disciplina, os professores são conotados com profissionais com atitudes mais favoráveis à inclusão e que conseqüentemente levantam menos problemas e encontram mais facilmente soluções para os casos difíceis. Esta imagem positiva e dinâmica do professor de Educação Física é um elemento importante da sua identidade profissional sendo por isso frequentemente solicitado para participar em projetos de inovação na escola. Em terceiro lugar, a Educação Física é julgada como uma área importante de inclusão dado que permite uma ampla participação, mesmo de alunos que evidenciam dificuldades. Convém ressaltar, no caso do Desporto Escolar, as dificuldades e constrangimentos relacionados com o grau de deficiência dos alunos bem como da competência específica que os professores responsáveis devem possuir para orientar e dirigir o respetivo grupo de alunos.

No que diz respeito à valorização da formação profissional, os Professores de Educação Física salientam a ideia que sem qualificação não há: produtividade, rentabilidade, motivação nem competitividade. Portanto, consideram o Desporto Escolar enquanto uma oportunidade para evoluírem na sua carreira docente. A qualificação é fruto da formação profissional, formação essa sempre multidisciplinar, abrangendo um conjunto de competências profissionais onde se incluem: os saberes (conhecimentos gerais ou especializados), o saber fazer (ferramentas e métodos), o saber estar (atitudes e comportamentos), o saber aprender (fundamental para a inovação) e o fazer saber (necessidade de transmitir o conhecimento). Sendo esta valorização da formação profissional importante em qualquer área profissional, muito mais o é quando se educam crianças e alunos, logo a necessidade ainda mais efetiva de a procurar por parte dos responsáveis pela educação. Os Professores de Educação Física, nomeadamente aqueles que orientam grupos do Desporto

## 6. DISCUSSÃO

Escolar, devem, assim, preocupar-se com a sua constante atualização e formação, e o Ministério como entidade responsável deve preocupar-se em a disponibilizar, numa forma contínua, adequada e atualizada.

## **CAPÍTULO VII**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---



### 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu-nos compreender as percepções dos estudantes, órgãos de gestão, encarregados de educação e professores de Educação Física sobre a persecução dos objetivos estratégicos do Desporto Escolar no Agrupamento Vertical de Escolas de Fiães. A sua realização demonstrou que é opinião geral e transversal aos vários grupos entrevistados, numa forma inequívoca, que o Desporto Escolar se pode apresentar como uma excelente ferramenta para o desenvolvimento social e relacional, desenvolvendo nos alunos as questões da superação, da cooperação, da integração, da autonomia e da organização pessoal. Para além de ser reconhecido como uma prática que combate o abandono escolar, fomenta o sucesso escolar, resolve problemas de comportamento e cria uma identificação dos alunos com a escola.

No que concerne à perspetiva dos Estudantes, para além de concordarem com o fato do projeto estar a ser desenvolvido de uma forma muito positiva, as suas expectativas e anseios alinham pela opinião de que o Desporto Escolar deveria ter uma maior carga horária semanal permitindo, assim, que o reconhecimento da sua importância no desenvolvimento dos alunos fosse realmente e efetivamente assumida, o que na realidade ainda não acontece.

Relativamente aos Encarregados de Educação, apesar do reduzido conhecimento que têm do desenvolvimento do projeto em função de algo que maioritariamente lhes é dado a conhecer, ou seja, em bastantes casos não tendo uma observação direta, os Encarregados de Educação avaliam, criam modelos e ideias sobre o Desporto Escolar. Estas ideias mais não são do que um constatar dos sentimentos e opiniões que os seus educandos transmitem num ambiente que lhes é mais favorável onde podem exprimir a sua opinião sem receios. No entanto, os resultados deste estudo indicam que as percepções destes agentes educativos vão mais além daquilo que os seus educandos percebem. Os Encarregados de Educação possuem uma visão geral do projeto, mas apresentam um sentido crítico mais direcionado para questões específicas que decorrem de alguns constrangimentos e

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

discordâncias, nomeadamente nas linhas de orientação e nas condições que a tutela proporciona aos estabelecimentos de ensino para o desenvolvimento do projeto.

Em relação aos Órgãos de Gestão ficou demonstrada a preocupação que têm com a sua envolvência no desenvolvimento do projeto, nomeadamente nas suas vertentes de promoção da imagem e da divulgação junto da comunidade escolar. Está igualmente patente nas suas opiniões a ideia de como em qualquer projeto de formação desportiva, o Desporto Escolar deve ter um plano de desenvolvimento a longo prazo, estar plenamente integrado no projeto educativo de todas as escolas e verdadeiramente assumido pelos seus Órgãos de Gestão.

No que diz respeito às perceções dos Professores de Educação Física, concebem o Desporto Escolar de modo alinhado com os objetivos estratégicos enunciados no seu Programa e reafirmam que o crescimento do Desporto Escolar e a importância atribuída a este projeto tem sido objeto de uma evolução positiva. Consideram-no um projeto benéfico para o desenvolvimento comportamental e para a aquisição de competências sociais, além de ser uma atividade prazerosa, que enaltece e privilegia a convivialidade com novas pessoas. As suas perspetivas encontram-se alinhadas com as ideias apresentadas pelo Plano Nacional de Ética no Desporto (2011), nomeadamente no que respeita à importância que o projeto tem como ferramenta de orientação e desenvolvimento da ética e dos valores sociais e cívicos. Ficou também demonstrado neste estudo algumas discordâncias e constrangimentos dos referidos professores com o sistema educativo relativamente ao projeto, nomeadamente no que diz respeito às políticas que preconizam os vários governos que por nós vão passando, bem como no que concerne às prioridades que apresentam para o seu desenvolvimento, o que tem vindo a ser traduzido sobretudo na escassez de apoios financeiros, legislatura após legislatura.

Importa salientar que o presente estudo analisa um caso em particular, ou seja, referente apenas a um agrupamento de escolas, o que, para um conhecimento mais aprofundado e com resultados mais concretos, seria pertinente alargar a compreensão desta temática de estudo para um leque mais

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

alargado de agrupamentos de escola, no sentido de obtermos uma representação mais completa e fidedigna.

As principais dificuldades sentidas durante a realização do presente estudo prenderam-se sobretudo com a realização das entrevistas para recolha de dados, nomeadamente com o grupo dos Encarregados de Educação devido à limitação das suas disponibilidades de horário, mas que com uma grande dose de empenho e boa vontade se conseguiram contornar. Outra limitação sentida situou-se na escassez de trabalhos realizados no âmbito temática, pelo que, por este motivo, importa dar continuidade a estudos desta natureza. Como sugestão para futuros estudos apontamos a necessidade de se realizar trabalhos análogos noutros estabelecimentos de ensino para melhor se compreender como está a ser implementado e gerido o projeto do Desporto Escolar a nível nacional.

Gostaríamos de referir, antes de terminar o presente trabalho, que este estudo, apesar das suas limitações e da sua pequena dimensão, representa, na nossa perspetiva, um contributo importante para esta temática, pois apresenta resultados a considerar para o conhecimento dos indicadores de desenvolvimento do projeto do Desporto Escolar.



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## 1. Bibliografia

André, M. E. D. A. (1983). *Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos*. Cadernos de Pesquisa.

Aries, P. (1973). *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*. Éditions du Seuil, Paris.

Bento, J. (1987). *Desporto - Matéria de ensino*. Editorial Caminho. Lisboa.

Bento, J. (1989). *Para uma formação desportivo-corporal na Escola*. Edição Livros Horizonte, Lisboa.

Bento, J. (1991). *Desporto, saúde, vida, em defesa do desporto*. Edição Livros Horizonte, Lisboa.

Bento, J. (1995). *O outro Lado do Desporto*. Campo das Letras - Editores SA, Porto.

Bento, J. (1999). *Dos Desafios do Presente à construção do Futuro*. In 1.º Congresso Internacional de Ciências do Desporto.

Bento, J. (2001). *A Qualidade na Educação Física e no Desporto*. In Bento, J.; Pires, G.; Sousa, G. & Meirim. *Da Educação Física ao Alto Rendimento* (p.73-89). Madeira: Coleção Gestão do Desporto. O Desporto Madeira.

Biasoli-Alves, M.; Dias da Silva, F.; Sigolo, L. & Caldana, L. (1987). *Childrearing practices: a methodology for the analysis of interview data*. Annual Research Report.

Biasoli-Alves, M. & Marturano, M. (1977). *Problemas e soluções de Metodologia Observacional no estudo da interação Mãe-Criança*. Texto impresso, FFCLRP-USP.

Buck, M.; Hilman, H. & Castelli, M. (2008). *The relation of aerobic fitness to strop task performance in preadolescent children*. *Medicine and Science in Sports and Exercise*.

Campos, J. (2012). *Contributo(s) para a otimização da aula de Educação Física: Relatório de Estágio Profissional*. Porto: J. Campos. Relatório de Estágio Profissional para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário, apresentado à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Cannel, F. & Kahn, L. (1974). *Coleta de dados por entrevista*. In: Festinger, L. & Katz, D. *A pesquisa da psicologia social*. Rio de Janeiro, EFGV.

Comissão de Reavaliação do Desporto Escolar. (2006). *Diagnóstico sobre o Desporto Escolar*.

Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física, Comité Olímpico de Portugal e Sociedade Portuguesa de Educação Física, (2017). *Desporto Escolar – Sugestões de melhoria do projeto*. Lisboa.

Constantino. (2006). *Desporto – Geometria e Equívocos*. Livros Horizonte. Lisboa.

DGDIC. (2003). *“Sistema Desportivo Português: que modelo?”*: comunicações apresentadas na Conferência de Algés. Lisboa. Confederação do Desporto de Portugal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DGIDC. (2006). *Programa para o Desporto Escolar 2006 - 2007*. Lisboa: Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

DGIDC. (2009). *Programa do Desporto Escolar para 2009-2013*. Lisboa: Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

DGIDC. (2013). *Programa para o Desporto Escolar 2013 - 2017*. Lisboa: Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

Federação Portuguesa de Orientação, Chumbinho. (2006). R. Chumbinho, *comunicação pessoal*, 26 de setembro 2006.

Fernandes, E. (1991). *Memória Camponesa*. Anais da 21ª Reunião Anual de Psicologia, SPRP, Ribeirão Preto.

Freire, J. (2010). *Desporto escolar – Uma possível estratégia no combate ao Insucesso Escolar, Estudo caso*. Vila Real: J. Freire. Dissertação de Mestrado em Ensino de Educação Física e Desporto nos Ensinos Básico e Secundário apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Freitas, F. (2002). *"Desporto escolar. Conceptualização e contextualização no âmbito do sistema educativo e do sistema desportivo."* F. Freitas. (março de 2002). Diretor do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. Acesso em <http://www.apagina.pt>.

Garcia, R. (1999). *Da Desportização à Somatização da Sociedade*. In J. Bento, R. Garcia & A. Graça. *Contextos da Pedagogia do Desporto*, Livros Horizonte. Lisboa.

Garcia, R. (2005). *Congresso do Desporto: Políticas Educativas e Sociais do Desporto*. Acesso, in <http://www.congressododesporto.gov.pt/diário.htm>.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito: Teoria e prática* (4ª ed). Oeiras: Celta Editora.

Gil, C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (5ª ed). São Paulo: Atlas.

Gonçalves, C. (2002). *Dossier Desporto Escolar: Parte I*; Revista Horizonte, Vol. XVII – n.º. 102.

Hallal, C., Victoria, G., Azevedo, R., Wells, C. (2006). *Adolescent physical activity and health: a systematic review*. Sports Medicine.

Henrique, M. (2015). *O Desporto Escolar na Região Autónoma da Madeira – Contributo para o futuro*. Funchal: M. Henrique. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Hilman, H., Castelli, M., Buck, M. (2005). *Aerobic fitness and neurocognitive function in healthy preadolescent children*. Medicine and Science in Sports and Exercise.

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (2014). *Código de Ética Desportiva*. Lisboa. Edição, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

Joly Gouveia, A. (1984). *Notas a respeito das diferentes propostas metodológicas apresentadas*. Cadernos de Pesquisa.

Marques, P. (2011). *Sentidos e Vivências do Desporto escolar: Perspetiva de alunos e Professores pertencentes a Grupos de Desporto escolar de Natação da Direção Regional de Educação do Norte*. Porto: P. Marques. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Meneses, M. (1999). *Aspetos inibidores do desporto escolar: contributo para o seu estado*. Porto: M. Meneses. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre em Ciências do Desporto. FCDEF - Universidade do Porto.

Ministério da Educação. (2003). *Documento Orientador do Desporto Escolar: Jogar pelo Futuro - Medidas e Metas Para a Década*. Lisboa: Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. Ministério da Educação.

Ministério da Educação (2009). *Educação e Formação em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação.

Ministério da Educação, Desporto Escolar. *Protocolo Federação Portuguesa de Futebol*. Consult 29 de abril 2016 Disponível em <http://www.dge.mec.pt/noticias/desporto-escolar>.

Mota, J. (1997). *A atividade física no lazer: Reflexões sobre a sua prática*. Lisboa: Livros Horizonte.

Mota, J. (2001). *A escola, a promoção da saúde e a condição física. Que relações*. Revista Horizonte, Vol. XVII.

Mota, R. (2003). *Desporto Escolar: Organização, Dinamização da Atividade Interna*. Revista Horizonte, Vol. XIX, nº 109, Dossier.

Newson, G. & Newson, E. (1976). *Four years old in an urban community*. Penguin Books, London.

Palmeira, A. & Lima, A. (2011). *As boas práticas de inserção social no e pelo desporto – Estudo sobre os Atletas Paralímpicos*. Porto: A. Palmeira & A. Lima. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre em Estudos de Minorias. Universidade Fernando Pessoa.

Patton, M. Q. (2002). *Qualitative evaluation and research methods (3ª ed.)*. Newbury Park; London; New Delhi: Sage Publications.

Pina, M. (1995). *Desporto Escolar: O Núcleo/Clube Escolar, génese do modelo organizativo do futuro*. Revista Horizonte, Vol. XI, nº 65, Dossier.

Pina, M. (1997). *Estrutura e Dinâmica do Desporto Escolar - Levantamento e Análise da Situação em Portugal de 1990 a 1995 do Modelo à Prospetiva*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do Grau de Mestre em Gestão da Formação Desportiva. UTL-FMH.

Pina, M. (2002). *Desporto Escolar: Estado atual e Prospetiva*. Revista Horizonte, Vol. XVII, nº 101, Dossier.

Pires, G. (1990). *Desporto Escolar – um indicador de futuro, Lisboa*. In: *O desporto no Século XXI os Novos Desafios*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Rogers, L., Meyer, S., Mortel, F. (1990). *After reaching retirement age physical activity sustains cerebral perfusion and cognition*. Journal of American Geriatrology Soc.

Rosa, V., Arnoldi, G., Colombo, F. (2006). *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Santos, J. (2009). *Atributos da qualidade da competição desportiva escolar: estudo comparativo entre as perceções dos praticantes e respetivos encarregados de educação*. Funchal: J. Santos. Dissertação apresentada tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Educação Física e Desporto. Universidade da Madeira, Departamento de Educação Física e Desporto.

Sérgio, M. (2003). *Algumas Teses Sobre o Desporto. Educação Física e Desporto*. Edições Compendium Lda.

Silva, L. (1999). *Desporto Escolar – atividade não curricular, mas de complemento curricular*. Revista Schola, Vol. 7 - Maio.

Silverman, David. (2000). *Qualitative research: meanings or practices*. Information Systems Journal, 2000.

Sobral, (1991). *Desporto Escolar e Desporto Federado: Os Traços da Diferença*. Boletim SPEF, n.º 2-3, Verão/Out, Dossier Desporto Escolar. Lisboa.

Sobral, F. (1996). *Consequências psicológicas do desporto escolar: uma óptica exterior à Psicologia*. In J. F. Cruz (Ed.), *Manual de Psicologia do Desporto*. Braga: Sistemas Humanos e Organizacionais.

Sousa, C. (2012). *Relatório de Estágio Profissional*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Teixeira, P. (2007). *O Desporto Escolar: estudo dos serviços prestados nas escolas básicas do 2º e 3º ciclos do concelho de Gondomar*. Porto: P. Teixeira. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Varela, T. (2010). *O Desporto Escolar como Medida de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar*. Vila Real T. Varela. Dissertação de Mestrado no âmbito do 2º ano do mestrado em ensino da Educação Física nos ensinos básico e secundário, da Universidade de Trás-os-Montes de Alto Douro.

Veigas, J., Catalão, F., Ferreira, M., & Boto, S. (2009). *Motivação para a prática e não prática no desporto escolar*. Obtido de Psicologia: O portal dos psicólogos: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0495.pdf>

Vieira, I. (2008). *Percepção dos Professores de Desporto Escolar sobre os atributos do serviço e fatores de satisfação e insatisfação*. Funchal I. Vieira. Dissertação apresentada tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Educação Física e Desporto. Universidade da Madeira, Departamento de Educação Física e Desporto.

## **2. Legislação e Regulamentação referenciada**

Constituição da República (1976). Texto originário da Constituição Portuguesa de 2 de abril. Artigo 79º, *direitos dos cidadãos à Cultura Física e ao Desporto*.

Lei nº 46/1986. Assembleia da República. (1986). Lei de Bases do Sistema Educativo: lei nº 46 de 14 de outubro. Diário da República 1ª Série, nº 237, 3068-3098.

Lei nº 5/2007. Assembleia da República. (2007). *Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto*: lei nº 5 de 16 de janeiro. Diário da República 1ª Série, nº 11, 356-363.

Lei nº 49/2005. Assembleia da República. (2005). *Revoga a Lei de Bases do Sistema Educativo nº 46/1986*: lei nº 49 de 30 de agosto. Diário da República 1ª Série – A, nº 166, 5122-5138.

Decreto-Lei nº 694/74. Assembleia da República. (1974). *Novo estatuto da Direção-Geral da Educação Física e dos Desportos*: lei nº 694 de 5 de dezembro. Diário da República 1ª Série - A, nº 283, 1507-1508.

Decreto-Lei nº 554/77. Assembleia da República. (1977). *Competências da direções-gerais de ensino*: lei nº 554 de 31 de dezembro. Diário da República 1ª Série – 2º Suplemento, nº 302, 3178-3179.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Decreto-Lei nº 197/79. Assembleia da República. (1979). *Altera o Decreto-Lei n.º 554/77, de 31 de dezembro, que define a competência das Direcções-Gerais dos Ensinos Básico e Secundário e da Inspeção-geral*: lei nº 197 de 29 de junho. Diário da República 1ª Série, nº 148, 1409-1410.

Decreto-Lei nº 150/86. Assembleia da República. (1986). *Integração da Direcção-Geral dos Desportos no Ministério da Educação e Cultura*: lei nº 150 de 18 de junho. Diário da República 1ª Série - A, nº 137, 1437.

Decreto-Lei nº 286/89. Assembleia da República. (1989). *Estabelece o quadro de referência da reforma do sistema educativo*: lei nº 286 de 29 de agosto. Diário da República 1ª Série, nº 198, 3638-3644.

Decreto-Lei nº 95/91. Assembleia da República. (1991). *Regime Jurídico da educação Física e Desporto Escolar*: lei nº 95 de 26 de fevereiro. Diário da República 1ª Série - A, nº 47, 940-946.

Decreto-Lei nº 143/93. Assembleia da República. (1993). *Criação do Instituto do Desporto, pessoa coletiva de direito público*: lei nº 143 de 26 de abril. Diário da República 1ª Série - A, nº 97, 2050-2056.

Decreto-Lei nº 115/95. Assembleia da República. (1995). *Reformulação do serviço responsável pela dinamização do Desporto escolar*: lei nº 115 de 29 de maio. Diário da República 1ª Série - A, nº 124, 3363-3364.

Decreto-Lei nº 165/96. Assembleia da República. (1996). *Cria o Gabinete Coordenador do Desporto escolar*: lei nº 165 de 5 de setembro. Diário da República 1ª Série - A, nº 206, 2989-2990.

Decreto-Lei nº 62/97. Assembleia da República. (1997). *Aprova a lei orgânica do Instituto Nacional do Desporto*: lei nº 62 de 26 de março. Diário da República 1ª Série - A, nº 72, 1348-1353.

Decreto-Lei nº 208/2002. Assembleia da República. (2002). *Lei da nova orgânica do Ministério da Educação*: lei nº 208 de 17 de junho. Diário da República 1ª Série – A, nº 240, 6790-6807.

Decreto-Lei nº 317/2002. Assembleia da República. (2002). *Altera o Decreto-Lei n.º 84/85, de 28 de março, que estabelece normas relativas à organização e exploração dos concursos de apostas mútuas denominados «Totobola» e «Totoloto»*: lei nº 317 de 27 de dezembro. Diário da República 1ª Série - A, nº 299, 8138-8143.

Decreto-Lei nº 75/2008. Assembleia da República. (2008). *Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário*: lei nº 75 de 22 de abril. Diário da República 1ª Série, nº 79, 2341-2356.

Decreto-Lei nº 224/2009. Assembleia da República. (2009). *Altera o Decreto-Lei nº 75/2008*: lei nº 224 de 11 de setembro. Diário da República 1ª Série, nº 177, 6236-6237.

Decreto-Lei nº 14/2012. Assembleia da República. (2012). *Aprova a orgânica da Direção-Geral da Educação*: lei nº 14 de 20 de janeiro. Diário da República 1ª Série, nº 15, 352-354.

Decreto-Lei nº 137/2012. Assembleia da República. (2012). *Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 75/2008*: lei nº 137 de 2 de julho. Diário da República 1ª Série, nº 126, 3340-3364.

Despacho Normativo nº 87/ME/89. Assembleia da República. (1989), 30 de maio.

Despacho Normativo nº15322/2007. Assembleia da República. (2007), de 12 de julho.

Despacho Normativo nº9486-A/2012. Assembleia da República. (2012). *Numero de créditos e tempos letivos a atribuir para o Programa do Desporto Escolar*: de 12 de julho. Diário da República 2ª série, nº 134 suplemento p. 24720.

Despacho Normativo nº13608/2012. Assembleia da República. (2012). *Criação de unidades flexíveis e constituição das equipas multidisciplinares da Direção-Geral da Educação*: de 19 de outubro. Diário da República 2ª série, nº 203 p. 34725.

Despacho Normativo nº9265B/2013. Assembleia da República. (2013). *Reforço da autonomia dos estabelecimentos de educação e ensino*: de 15 de julho. Diário da República 2ª série, nº 134 p. 22210.

Portaria nº 434/78. Assembleia da República. (1978). Estabelece normas relativas dos Serviços de Educação Física e Desporto Escolar: de 2 de agosto. Diário da República do Decreto-Lei 557/77 de 31 de dezembro.

Portaria nº 29/2013. Assembleia da República. (2013). *Fixa a estrutura nuclear da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares*: de 29 de janeiro. Diário da República 1ª série nº 20.